



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXI — Nº 52

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 4 DE MAIO DE 1966

CONGRESSO NACIONAL

PRESIDÊNCIA

SESSÕES CONJUNTAS DESTINADAS À APRECIÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

O Presidente do Senado Federal, com o objetivo de dar melhor distribuição às matérias das sessões conjuntas destinadas à apreciação de vetos presidenciais, resolve:

- a) cancelar a sessão marcada para 13 de maio;
 - b) convocar sessão conjunta para 26 do mesmo mês, às 21 horas e 30 minutos;
 - c) estabelecer para as sessões de 10, 11, 12, 24, 25 e 26 de maio a pauta constante da relação anexa.
- Senado Federal, 27 de abril de 1966. — Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal.

SESSÕES CONJUNTAS DESTINADAS À APRECIÇÃO DE VETOS PRESIDENCIAIS

Dia 10 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 10-65 (C.N.) que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1966, 1967 e 1968 e dá outras providências;

Dia 11 de maio:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.511-B-65 na Câmara e nº 27-65 no Senado, que regulamenta o pagamento referente à cota de que trata o art. 28 da Constituição Federal e dá outras providências;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.595-B-65 na Câmara e nº 222-65 no Senado, que isenta de quaisquer tributos as embarcações de até uma tonelada;

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 3.141-B-65 na Câmara e número 221-65 no Senado, que dispõe sobre novas atribuições da Comissão de Marinha Mercante e dá outras providências;

Dia 12 de maio:

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.019-B-65 na Câmara e nº 140-65 no Senado, que prorroga por 2 (dois) anos o prazo fixado no art. 1º da Lei nº 3.640, de 10 de outubro de 1959, que dispõe sobre os exames de habilitação para os Auxiliares de Enfermagem e Parteiros Práticas;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 504-C-63 na Câmara e nº 3-66 no Senado, que dispõe sobre as verbas orçamentárias destinadas ao desenvolvimento econômico e social, ou a investimentos e das vinculadas a ajustes bilaterais e dá outras providências;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.257-B-64 na Câmara e nº 112-65 no Senado, que autoriza o Ministério da Agricultura a fazer doação de terreno à Associação Rural de Pedro Leopoldo, para construção de seu Parque de Exposição Agropecuária e Industrial;

— veto (total) ao Projeto de Lei nº 2.467-B-64 na Câmara e nº 75-63 no Senado, que altera a redação do art. 35 do Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941, que estabelece as bases de organização dos desportos em todo o País e dá outras providências;

Dia 17 de maio:

— veto (parcial) ao Projeto de Lei nº 13-65 (C.N.), que reajusta os vencimentos dos servidores civis e militares, altera as alíquotas dos impostos de renda, importação consumo e selo e a quota de previdência social, unifica as contribuições baseadas nas folhas de salário e dá outras providências;

ATA DA 44ª SESSÃO,
EM 3 DE MAIO DE 1966

4ª Sessão Legislativa,
da 5ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. NOGUEIRA
DA GAMA

AS 14 HORAS E 30 MINUTOS
ACHAM-SE PRESENTES OS SENHORES SENADORES.

Oscar Passos
Edmundo Levi
Lobão da Silveira
Menezes Pimentel
Manoel Vilaca
Domicio Gondim
Ernirio de Moraes
Aloysio de Carvalho
Nogueira da Gama
Lino de Mattos
Pedro Ludovico
Bezerra Neto
Guido Mondin — 13 —
Em 3-5-66
Paulo de Assis

SENADO FEDERAL

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — A lista de presença acusa o comparecimento de 13 Senhores Senadores. Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Senhor 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem debates.

O Senhor 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

(restituição de autógrafos de Projeto de Lei promulgado)

Nº 94 de 1966 (nº de origem 205 de 1966), de 29 de abril, referente às partes mantidas, após veto presidencial, do Projeto que se transformou na Lei nº 4.906, de 17 de dezembro de 1965, que modifica o Plano Nacional de Viação estabelecido pela Lei nº 4.592, de 28 de dezembro de 1964.

OFÍCIO DO MINISTRO EXTRAORDINÁRIO PARA ASSUNTOS DO GABINETE CIVIL

(Restituição de autógrafos de Projeto promulgado)

Of. s/nº, de 29 de abril, com referência ao Projeto, mantido pelo Congresso Nacional após veto presidencial e promulgado pelo Presidente do Senado Federal, que dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária (projeto que se transformou na Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966).

Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 323, de 28 de abril — Comunica haver sido considerado aprovada, nos termos do § 4º do artigo 6º da Emenda Constitucional nº 17, a emenda do Senado ao Projeto de Lei que dispõe sobre a publicação dos atos relativos aos servidores públicos civis do Poder Executivo e dá outras providências.

Nº 835, de 29 de abril — Solicita retificações nos autógrafos referentes ao Projeto de Lei nº 3.492-B de 1966 na qual a Casa, que estabelece normas gerais para a instituição e a execução de Campanhas de Saúde Pública com a participação do Ministério da Saúde e dá outras providências.

RESPOSTAS A PEDIDOS DE INFORMAÇÕES

I — do Ministro da Indústria e do Comércio (Avisos de 25 de abril):

Nº GM/AP/45, 66, com referência ao Requerimento nº 4 de 1966, do Senhor Senador Guido Mondin;

Nº AP/47/66, com referência ao Requerimento nº 738 de 1965, do Senhor Senador Vasconcelos Torres;

II — do Ministro da Viação e Obras Públicas:

Aviso nº B-117, de 29 de abril, com referência ao Requerimento nº 830 de 1965, do Senhor Senador Filinto Muler.

PARECERES

Parecer nº 387, de 1966

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei nº 63, de 1966 (nº 3.539-B de 1966 — Câmara), que revoga dispositivo da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, que dispõe sobre o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

Relator: Sr. Bezerra Neto.

O presente projeto de lei visa a revogar a letra "g", do item A do artigo 6º da Lei nº 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, acrescentar a letra "u" ao artigo 2º, dar nova redação à letra "o", do artigo 9º, e incluir os §§ 3º, 4º e 5º e 6º, tudo na referida Lei nº 4.213.

2. Ao se originar de mensagem do Poder Executivo a proposição tratava apenas de revogar as letras "g" do item A do artigo 6º e "o" do artigo 9º que veio a se transformar no substitutivo aprovado pela Comissão de Comunicações e Transportes e adotado pela Câmara dos Deputados.

3. Entendemos que a presente proposição atende à funcionalidade melhor do órgão e as emendas cingiram-se a tal.

Há um equívoco na ementa, ao se referir ao Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, hoje Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

Opina a C.P.E. pela aprovação do projeto de lei como veio da Câmara dos Deputados.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1966. — José Ernirio, Presidente em exercício. — Bezerra Neto, Relator. — Wilson Gonçalves. — Gay da Fonseca. — Edmundo Levy.

Parecer nº 388, de 1966

Da Comissão de Projetos do Executivo, sobre o Projeto de Lei nº 64, de 1966; (nº 3.511-B, de 1966 — na Câmara), que dispõe sobre o reengajamento de Sargentos do Exército até adquirirem a estabilidade.

Relator: Sr. Gay da Fonseca.

O Senhor Presidente da República, com a Mensagem nº 49, de 8 de março de 1966, enviou à consideração do Congresso Nacional o presente Projeto de Lei que dispõe sobre o reengajamento de Sargentos do Exército até adquirirem estabilidade.

As razões que determinaram e justificam a adoção da medida estão substanciadas na Exposição de Motivos do Senhor Ministro da Guerra, de que ressaltamos:

"Este Ministério houve por bem decidir que o Curso de Formação de Sargentos desse condições de acesso até 2º Sargento, sendo exigido o Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos para a promoção a 1º Sargento. Assim sendo, todos os Sargentos beneficiados pela Lei nº 4.015 de 1961, podendo ser promovidos face às suas disposições, ficam em desigualdade de condições até mesmo com aqueles que frequentaram, com aproveitamento, os CFS em épocas posteriores.

Para corrigir a presente anomalia, proponho a Vossa Excelência seja encaminhado ao Congresso Nacional o anteprojeto em anexo, que, possibilitará a promoção à graduação imediata, dos Sargentos amparados pela Lei nº 4.015, independentemente do Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos ou equivalente."

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALBERTO DE BRITO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
MURILO FERREIRA ALVESCHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional

BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

| Capital e Interior | | |
|--------------------|------|-----|
| Semestre | Cr\$ | 50, |
| Ano | Cr\$ | 96 |
| Exterior | | |
| Ano | Cr\$ | 126 |

FUNCIONÁRIOS

| Capital e Interior | | |
|--------------------|------|------|
| Semestre | Cr\$ | 89 |
| Ano | Cr\$ | 76, |
| Exterior | | |
| Ano | Cr\$ | 108, |

— Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão-se tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

— A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esolarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos dêem preferência à remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

— Os suplementos às edições dos órgãos oficiais serão fornecidos aos assinantes somente mediante solicitação.

A matéria foi aprovada na Câmara dos Deputados, com pareceres unanimemente favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, Segurança Nacional e de Finanças, na forma do proposto pelo Executivo.

Tratando-se de medida que, como bem acentua o Senhor Ministro da Guerra, visa a corrigir anomalia, dispondo com equanimidade em relação a todos os Sargentos do Exército portadores do Curso de Formação de Sargentos, por isso recomendamos, opinamos pela aprovação do Projeto.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1966. — José Ernirio, Presidente em exercício. — Gay da Fonseca, Relator. — Bezerra Neto. — Edmundo Levy. — Wilson Gonçalves.

Parecer nº 389, de 1966

Da Comissão de Educação e Cultura sobre o Ofício nº 497, de 22 de março de 1966, do Presidente do III Congresso Fluminense de Vereadores, transcrevendo para conhecimento desta Casa do Congresso a Indicação aprovada de autoria do Vereador Pedro Silva e que se refere à padronização do livro didático.

Relator: Sr. José Leite.

Ao ensejo do III Congresso Fluminense de Vereadores, realizado no período de 30 de setembro a 3 de outubro de 1965, foi aprovada Indicação de iniciativa do Vereador da Câmara Municipal de Barra Mansa, referente à "padronização do livro didático", proposição esta que, de acordo com seus termos, foi encaminhada a esta Casa do Congresso.

A matéria, objeto de vários projetos ao longo de mais de uma legislatura, já foi devidamente apreciada pelas duas Casas do Congresso à luz dos pre-

ceitos constitucionais e da legislação em vigor, bem como através de sucessivos pareceres do Conselho Federal de Educação, que examinou a face do que preceitua a Lei nº 4.024, de 1961 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

Tanto este egrégio órgão como o Congresso Nacional já têm pontos de vista coincidentes sobre problemas expressos através de seus pareceres.

A respeito, pois, do expediente em apreço cabe à Comissão de Educação e Cultura tomar dele conhecimento, propondo-lhe o arquivamento, na forma do Regimento Interno.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1966. — Menezes Pimentel, Presidente. — José Leite, Relator. — Melo Braga. — Edmundo Levy. — Gay da Fonseca.

Pareceres ns. 390, 391, 392 e 393, de 1966

PARECER Nº 390, DE 1966

Da Comissão de Constituição e Justiça, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1963 (nº 3.171-B-57, na Câmara), que regula o exercício da profissão de Engenheiro Agrônomo e dá outras providências.

Relator: Sr. Senador Menezes Pimentel

Esta Comissão já se pronunciou sobre o projeto em causa e agora, antes de emitir seu parecer, tenciona fixar alguns pontos para melhor ordenação da matéria.

2. O exame do processado traz à luz os seguintes episódios:

I — Em seu primeiro parecer, que teve como Relator o eminente Senador Eurico Rezende, esta Comissão concluiu pela apresentação de um

Substitutivo integral, com restrições do eminente Senador Aloysio de Carvalho;

II — O pronunciamento seguinte foi da Comissão de Agricultura, que se manifestou pela aprovação do Substitutivo em causa;

III — A Comissão de Legislação Social, adotando igual orientação, ofereceu emendas, de ns. 1-CS a 3-CLS ao Substitutivo;

IV — Opinando a seguir, a Comissão de Educação e Cultura ofereceu parecer contrário ao Substitutivo, favorável às emendas da Comissão de Legislação Social e favorável ao projeto da Câmara dos Deputados, ao qual, por fim, apresentou as Emendas de ns. 4-CEC a 16-CEC.

V — Incluída em Ordem do Dia, a proposição, segundo nota colocada na contracapa do processado, teve sua discussão encerrada a 9 de setembro, voltando às Comissões — lá se esclarece — a fim de se pronunciarem elas sobre as emendas.

3. Ora, existem vários equívocos nessa tramitação e que cumpre serem apontados para melhor estudo da matéria, a saber:

I — A Comissão de Legislação Social, ao sugerir modificações no Substitutivo desta Comissão, apresentou na verdade três subemendas, uma vez que o Substitutivo, nos termos regimentais, é a Emenda nº 1-CCJ.

II — As alterações sugeridas pela Comissão de Educação e Cultura são realmente emendas dirigidas ao projeto e, dessa forma, deveriam ter sua numeração como Emendas de números 2-CEC a 14-CEC.

Dito órgão técnico não deveria ainda, *data venia*, manifestar-se, ao menos da forma por que o fez, pela aprovação das modificações sugeridas pela Comissão de Legislação Social, uma vez que estas se dirigem ao Substitutivo recusado pela mesma Comissão de Educação.

III — As modificações apresentadas em Plenário, ao ensejo do encerramento da discussão e intituladas "emendas", de ns. 17 a 38, são realmente subemendas, eis que se dirigem todas ao Substitutivo desta Comissão, que há de tomar, por isso, como ficou dito, o título de Emenda nº 1-CCJ.

4. Oferecidos tais esclarecimentos, do, quais resultarão, por certo, a reclassificação e renumeração da matéria, para adequá-la às prescrições regimentais, esta Comissão deve pronunciar-se, do ângulo de sua competência, sobre:

a) as Emendas (Subemendas) de ns. 1 a 3 da Comissão de Legislação Social, oferecidas ao Substitutivo — (Emenda nº 1-CCJ) — desta Comissão;

b) as Emendas ns. 4-CEC a 16-CEC (ns. 2-CEC a 14-CEC) da Comissão de Educação e Cultura;

c) as Emendas ns. 17 a 38 (Subemendas à Emenda nº 1-CCJ — Substitutivo), oferecidas em Plenário, ao ensejo da discussão do projeto.

Este órgão técnico não entra na apreciação das alternativas suscitadas pelas emendas e subemendas, umas visando a introduzir modificações no projeto, outras dirigindo-se ao Substitutivo. A opção será feita pelo Plenário na devida oportunidade.

Nesta assentada, cumpre examinar a matéria do estrito ângulo jurídico-constitucional.

As alterações sugeridas não envolvem qualquer indagação constitucional ou jurídica. Dirigem-se ao mérito, seja do projeto, seja do Substitutivo, ora suprimindo dispositivos ou expressões, ora introduzindo critérios de conveniência, diversos dos até então esposados.

A emenda nº 29 (Subemenda), de Plenário, tem o mesmo objetivo da Emenda nº 1-CLS (Subemenda da Comissão de Legislação Social). Ape-

nas, a primeira dá nova redação ao § 1º do artigo 27 do Substitutivo, enquanto a segunda preconiza a substituição do número 11 (onze) para 13 (treze).

A Emenda nº 26 (Subemenda do Plenário) acrescenta parágrafo ao artigo 54 do Substitutivo, com o propósito de considerar como de efetivo exercício no Serviço público, o tempo do mandato de Presidente ou Conselheiro do órgão profissional dirigente, vedada a contagem cumulativa com tempo exercido em cargo público. A medida — segundo se esclarece já vigora para os Conselheiros da Ordem dos Advogados.

Nessas condições, a Comissão de Constituição e Justiça nada tem a objetar, no âmbito de sua competência regimental, à aprovação das emendas e subemendas da Comissão de Legislação Social, Educação e Cultura e de Plenário, remetendo o estudo de seu mérito aos órgãos competentes da Casa.

E' o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de outubro de 1965. — *Afonso Arinos*, Presidente. — *Menezes Pimentel*, Relator. — *Alcides de Carvalho*, *Heribaldo Vieira*, *Jefferson de Aguiar*, — *Edmundo Levi*.

PARECER Nº 391, DE 1966

Da Comissão de Agricultura, sobre as emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1963 (nº 3.171-B-57, na Câmara), que regula o exercício da profissão de Engenheiro Agrônomo e dá outras providências.

Relator: Sr. João Leite.

Em virtude de terem sido apresentadas, em plenário, 21 emendas ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, volta a Comissão de Agricultura, para apreciá-las, o presente projeto, originário da Câmara dos Deputados e que regula o exercício da profissão de Engenheiro Agrônomo.

Cabe, inicialmente, esclarecer que o texto desse Substitutivo veio a prever sobre o ponto de vista da douta Comissão de Educação e Cultura, que preferiu o projeto oriundo da Câmara, ao qual lhe aditou 13 emendas, e que disciplinava apenas o exercício da profissão do Engenheiro Agrônomo.

A emenda substitutiva, de autoria do eminente Senador Eurico Rezende, propõe a regulamentação simultânea dos Engenheiros, dos Arquitetos e dos Agrônomos.

O mesmo autor desse Substitutivo oferece as emendas que ora nos cabe apreciar.

A Comissão de Agricultura, através do parecer do nobre Senador Antônio Carlos, já se manifestou favoravelmente ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Examinando, agora, uma a uma as emendas apresentadas, esta Comissão assim se manifesta: a Emenda nº 17 manda suprimir a palavra "liberal" constante do art. 2º do Substitutivo, por entender ser a mesma superflua, uma vez que a engenharia, a arquitetura e a agronomia constituem profissões de natureza liberal, ainda que, na opinião de alguns, o exercício dessas atividades profissionais, na função pública, possa vir a perder essa feição.

A Emenda nº 18 dá nova redação à alínea c do art. 8º do Substitutivo, visando a incluir a expressão: "da profissão por parte de pessoas", a fim de que não fique impune o infrator que acoberte o exercício ilegal da profissão.

A Emenda nº 19 é substitutiva de expressões que tornam complexa a inteligência do texto, devendo por isso ser substituídas por outras mais consistentes com os fins do projeto.

No § 1º do art. 27 do Substitutivo, a Emenda nº 20 mantém os Conselhos Regionais existentes, cujo número atual é de 13 membros.

A Emenda nº 21 determina a substituição da redação da alínea a do art. 31, com o objetivo de tornar mais flexível a representação das diversas modalidades profissionais da engenharia, de acordo com seus registros, no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

A Emenda nº 22 é substitutiva do caput do art. 32 e do seu parágrafo único, tendo por fim não só ajustá-lo aos termos da emenda oferecida à alínea a do art. 31 acima referida, como melhor definir a forma de eleição dos membros que integram o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.

Da mesma forma, a Emenda nº 23, modificativa do art. 43, decorre da emenda ao citado art. 31.

Ainda com idêntico objetivo foi apresentada a Emenda nº 24 ao artigo 44 do Substitutivo, propondo a inclusão das expressões: "engenheiros nas modalidades correspondentes às formações técnicas referidas na alínea a do art. 31, arquitetura e agronomia".

A Emenda nº 25 acrescenta, no final do parágrafo único do art. 49 do Substitutivo, as expressões: "eleito pelo Conselho Regional".

A medida proposta na emenda em apreço está plenamente justificada, visto que se destina a complementar o texto do dispositivo, definindo de maneira mais explícita o órgão eleitor do representante das demais categorias profissionais.

A Emenda nº 26 ao art. 54, ao mesmo tempo que transforma o parágrafo único em § 1º, adita-lhe um segundo parágrafo, considerando como de efetivo exercício, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo de serviço prestado como presidente ou conselheiro, sendo vedada, porém, a contagem cumulativa com tempo exercido em cargo público. Esta providência se fundamenta na conveniência de se premiar o esforço despendido, sem remuneração, pelos que executam para o Estado a fiscalização de uma importante profissão, providência esta que já consta da lei que dispõe sobre a Ordem dos Advogados.

A Emenda nº 27 manda suprimir as expressões finais do art. 60 do Substitutivo, com a finalidade de se poder proceder a cobrança de emolumentos, para melhor atender ao custo dos serviços de expediente.

A Emenda nº 28 substitui as cinco alíneas do art. 75 do Substitutivo, que disciplinam os valores das multas impostas aos infratores da futura lei.

Esta medida tem por finalidade tornar efetivo o valor coercitivo das multas, fazendo-o acompanhar o ritmo da oscilação do valor da moeda.

Propõe a Emenda nº 29 a supressão total do art. 89 do Substitutivo, tendo em vista não se dever abrir precedente para os contribuintes em detrimento da receita dos diversos CREA.

Visa a Emenda nº 30 a dar nova redação ao art. 90 do Substitutivo, preceituando que os membros atuais dos Conselhos Federal e Regionais completarão os mandatos que lhes foram outorgados. Esta medida, que já constava de emenda proposta pela Comissão de Educação e Cultura, se recomenda, plenamente, de vez que não deve haver qualquer hiato na condução dos trabalhos de fiscalização da profissão.

A Emenda nº 31 introduz um parágrafo no art. 90 do Substitutivo, prevendo que o atual presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura será mantido como membro do mesmo Conselho no ano de se completar o mandato dos demais

Presidentes dos Conselhos Federal e Regionais.

Esta providência, que tem caráter transitório, objetiva assegurar a normalidade na fase de transição da atual situação para a futura legislação disciplinadora do preenchimento dos membros dos Conselhos de Engenharia e Arquitetura.

A Emenda nº 32 destina-se a complementar o disposto no art. 90 do Substitutivo, preceituando que o Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura deverá baixar resoluções dentro de 60 dias, a contar da data da vigência da futura lei, com a finalidade de completar as composições dos Conselhos Federal e Regionais.

A Emenda nº 33 propõe a supressão de todo o parágrafo único do artigo 91 do Substitutivo, uma vez que suas disposições devem ser reguladas pelas instruções previstas no mesmo art. 91.

De igual forma, a Emenda nº 34 suprime o art. 92, por dispensável, em face do que determina o art. 91 acima referido.

A Emenda nº 35 substitui, no artigo 94, a palavra "eleitos" pela "completados", como decorrência do que está estabelecido no art. 90.

A Emenda nº 36, complementando a que foi oferecida ao art. 89 do Substitutivo, suprime integralmente o art. 93.

A Emenda nº 37 manda que se acrescente, onde convier, disposição pela qual serão consideradas autarquias, dotadas de personalidade jurídica de direito público, os Conselhos Federal e Regionais. A emenda visa apenas a formalizar em lei o que já é reconhecido, de fato.

A última emenda, de nº 38, determina que se acrescente, onde couber, dispositivo, considerando como serviço público federal o prestado aos Conselhos Federal e Regionais, devendo gozar os seus bens, rendas e serviços, de imunidade tributária, com o objetivo de facilitar-lhes as atividades fiscalizadoras.

Algumas das emendas acima relacionadas atendem a medidas já preconizadas pela douta Comissão de Educação e Cultura.

Todas elas resultaram de entendimentos havidos entre as diversas entidades representativas das classes de Engenheiro, de Arquiteto e de Agrônomo, consubstanciando as providências que ainda se faziam necessárias introduzir no Substitutivo do nobre Senador Eurico Rezende e visando ao aprimoramento de certas medidas legislativas.

Não há como não reconhecer a conveniência e oportunidade das emendas em apreço, uma vez que elas se fundamentam em motivos que as justificam plenamente.

Dentro da esfera da competência da Comissão de Agricultura e pelas razões expostas, nosso parecer é pela aprovação dessas emendas.

Sala das Comissões, em 22 de novembro de 1965. — *José Ermirio*, Presidente. — *José Leite*, Relator. — *Lopes da Costa*. — *José Feliciano*.

PARECER Nº 392, DE 1966

Da Comissão de Legislação Social sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1963 (nº 3.171-B-57, na Câmara), que regula o exercício da profissão de Engenheiro Agrônomo e dá outras providências.

Relator: Sr. Eugênio de Barros.

O presente projeto, que regula o exercício da profissão de Engenheiro Agrônomo e dá outras providências, retorna ao exame desta Comissão a fim de que nos pronunciemos sobre as emendas de ns. 4 a 16, da Comissão de Educação e Cultura, e de rs. 17 a 33, de Plenário.

As emendas da Comissão de Educação e Cultura dizem respeito ao projeto inicial, tendo essa Comissão

são rejeição o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

Mantemos o ponto de vista por nós anteriormente adotado, favorável ao Substitutivo. Por essa razão, opinamos pela rejeição das emendas da Comissão de Educação e Cultura.

3. As vinte e duas emendas de Plenário, apresentadas pelo nobre Senador Eurico de Rezende, autor do substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, consubstanciam entendimentos havidos entre as diversas entidades representativas das classes interessadas, visando ao aperfeiçoamento da matéria. Todas elas foram exaustiva e detidamente examinadas pelas demais Comissões Técnicas desta Casa, sendo, portanto, desnecessário enunciar-las uma a uma.

Do confronto das vinte e duas emendas de Plenário com as três emendas anteriormente aprovadas por esta Comissão, verifica-se que a Emenda nº 20 versa sobre a mesma matéria da Emenda nº 1-CLS, ou seja, sobre o § 1º do art. 27. A alteração é meramente redacional, atendendo a Emenda nº 20 ao disposto na Emenda nº 1-CLS.

4. Diante do exposto, a Comissão de Legislação Social opina pela aprovação das Emendas ns. 17 a 33, de Plenário, e rejeição das Emendas números 4-CEC a 16-CEC.

Sala das Comissões, 12 de abril de 1966. — *Vivaldo Lima*, Presidente. — *Eugenio Barros*, Relator. — *Heribaldo Vieira*. — *Zacharias de Assumpção*. — *Ruy Carneiro*. — *Edmundo Levi*.

PARECER Nº 393, DE 1966

Da Comissão de Educação sobre as subemendas ao Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça oferecidas ao Projeto de Lei da Câmara nº 23, de 1963 (nº 3.171-B-57, na Câmara), que regula o exercício da profissão de Engenheiro Agrônomo e dá outras providências.

Relator: Sr. Gay da Fonseca.

Volta ao exame da Comissão de Educação e Cultura o presente projeto, originário da Câmara dos Deputados, que regula o exercício da profissão de Engenheiro Agrônomo e dá outras providências, a fim de que nos manifestemos sobre as vinte e duas emendas, oferecidas em plenário, pelo nobre Senador Eurico Rezende, ao Substitutivo, de sua autoria, apresentado perante a Comissão de Constituição e Justiça.

Importa, de passagem, lembrar que esta, em seu parecer anterior, tendo em vista a inopportunidade de se reformular simultaneamente todo o sistema de regulamentação profissional do engenheiro, do arquiteto e do engenheiro agrônomo, em um único diploma legal, em virtude de a matéria implicar em direitos adquiridos, em diferentes sistemas de fiscalização, em complexa organização de conselhos, e, atendendo, de outro lado, ao fato de o Substitutivo da Câmara, que passou a constituir o texto final do projeto, ter sido calçado em dados fornecidos por órgãos de classe, previamente consultados, manifestou-se contrariamente ao referido Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça, tendo aditado 13 emendas ao projeto da Câmara.

Todavia, já com pareceres favoráveis das ditas Comissões de Agricultura e de Legislação Social e revigorado, posteriormente, pelo apoio que lhe foi emprestado pelos representantes das três modalidades profissionais o Substitutivo do eminente Senador Eurico Rezende veio, afinal, a prelecer.

Ante de apreciarmos sucintamente, uma a uma, as emendas oferecidas, convém esclarecer que muitas delas consubstanciam medidas que se faziam necessárias introduzir no texto do Substitutivo, visando ao aperfeiçoamento

mento de um ou outro ponto do seu texto; outras, vêm ao encontro das providências já sugeridas pela Comissão de Educação e Cultura; todas, enfim, encerram a média das aspirações externadas pelos representantes dos engenheiros, arquitetos e engenheiros agrônomos.

A Subemenda nº 17 manda suprimir, no art. 2º do Substitutivo, a palavra "liberal", a fim de dirimir possíveis controvérsias a respeito da permanência ou perda, na função pública, do caráter liberal inerente às três profissões.

A Subemenda nº 18 ao art. 8º, letra c, visa a incluir a palavra "pessoas", com o objetivo de tornar responsáveis e passíveis de punição os profissionais que acobertarem pessoas físicas nos casos de exercício ilegal da profissão. Nada há a opor à emenda, mesmo porque os casos mais frequentes de acobertamento do exercício ilegal da profissão ocorrem com as pessoas físicas, notadamente estrangeiros, que não tiveram ainda revalidados seus diplomas por esta ou aquela razão.

A Subemenda nº 19 dispõe sobre questão técnica. Determina que a responsabilidade das partes de obras já executadas ou concluídas, nos casos de ampliação, prosseguimento ou conclusão de empreendimentos de engenharia, arquitetura ou agronomia, deve ficar a cargo do Conselho Federal ao qual caberá adotar resolução conveniente. Trata-se de matéria técnica que deve ficar a cargo de técnicos.

A Subemenda nº 20 estabelece que serão mantidos os atuais Conselhos Regionais, e que são em número de 13, atualmente, contrariamente ao que propunha o § 1º do art. 27 que se refere a onze Conselhos. Entendemos apenas, sem pretender invadir a esfera de competência da Ilustrada Comissão de Redação, que, certamente, atentará para o fato, que o referido § 1º deverá ser anulado e o disposto nele ser incluído no caput do art. 27, com a redação que poderia ser esta: "Mantidos os Conselhos Regionais existentes, o Conselho Federal promoverá a instalação... etc. Tecnicamente, não vemos razão para a existência de um parágrafo à parte.

A Subemenda nº 21 substitui a redação do art. 31 do Substitutivo, reproduzindo em linhas gerais a Emenda nº 9 da Comissão de Educação e Cultura. A redação dada pela subemenda em exame atende melhor a distribuição dos diversos representantes das várias modalidades profissionais no CONFEA, permitindo a representação de todas as especialidades.

A subemenda nº 22 divide-se em duas partes. A primeira, sem substituir propriamente nada, dá nova redação ao art. 32. A rigor, a emenda cingia-se a incluir, na segunda parte, um parágrafo único, em que se regulava a forma de eleição dos integrantes do CONFEA. Justifica-se a medida pelo fato de ao CREA não ser dado imiscuir-se em assuntos internos das entidades de classe. A emenda visa, assim, a respeitar os estatutos de cada entidade.

A subemenda nº 23, substitutiva do art. 43, trata da representação proporcional de cada categoria profissional. Resulta ela da melhor redação dada pela subemenda que alterou a distribuição da composição no CONFEA.

A subemenda nº 24 refere-se às diversas modalidades correspondentes às formações técnicas que deverão integrar as futuras Câmaras Especializadas. Não obstante ser contrária à criação de Câmaras Especializadas, por divizarmos nelas órgãos e possíveis conflitos dentro dos Conselhos Regionais, uma vez que eles foram mantidos, a redação contida na supracitada subemenda nº 24 melhor

se ajusta ao que ficou estatuído no novo texto proposto pela subemenda nº 21, que deu nova redação à alínea a, do art. 31.

A subemenda nº 25, manda acrescentar *in fine* do art. 49 as expressões: "eleito pelo Conselho Regional". Justifica-se esta medida de vez que, efetivamente, quem deve ter competência para eleger um representante das outras categorias nas Câmaras Especializadas deve ser o próprio plenário dos CREAS.

A subemenda nº 26 considera como de efetivo serviço, para efeito de aposentadoria e disponibilidade, o tempo prestado como Presidente ou Conselheiro. Reproduz a subemenda sugestão contida em emenda da Comissão de Educação e Cultura, aplicando ao CONFEA o que já consta da lei que dispõe sobre a Ordem dos Advogados.

A subemenda nº 27 suprime, no artigo 60, as expressões: "independentemente de novos emolumentos." Visa com isto a resguardar as economias dos CREAS. Pela subemenda, os profissionais com carteiras de outras regiões, terão de pagar emolumentos de visto na carteira de profissional ao CREA onde passar a exercer sua nova atividade. Esta medida, nos termos em que foi proposta, é até mesmo preferível à que consta da lei que trata da Ordem dos Advogados, a qual, como se sabe, exige nova inscrição e não simplesmente visto.

A subemenda nº 28 vincula ao salário mínimo e não mais à anuidade que o profissional paga ao Conselho as multas fixadas no art. 75 do Substitutivo. Torna, dessa forma, mais real o poder coercitivo dessas penalidades. Aliás, as multas, de acordo com a legislação vigente referida no diploma legal que concedeu aumento ao funcionalismo (Lei 4.242, de 17 de janeiro de 1963), já se processam de conformidade com o que propõe a subemenda em apreço.

A subemenda nº 29 suprime medida desaconselhável e indefensável: a anistia aos faltosos.

A subemenda nº 30 mantém, até completarem os seus mandatos, os atuais conselheiros, com a finalidade de evitar descontinuidade administrativa no setor da fiscalização profissional.

A subemenda nº 31 determina, como providência de caráter transitório, em decorrência da passagem da antiga para a nova legislação, que os atuais presidentes dos Conselhos Federal e Regionais completarão seus mandatos, ficando o Presidente do CONFEA como membro desse órgão. Como se sabe, atualmente, o Presidente do CONFEA é nomeado pelo Presidente da República. Se-lo-á, pela futura lei, por eleição entre os membros do CONFEA.

A subemenda anterior respeitou os mandatos dos Conselheiros. Não há, porém, razão para se manter o mandato do Presidente nomeado pela antiga lei, mesmo porque, pela presente subemenda, ele continuará como conselheiro, emprestando, assim, sua experiência trazida da direção do Conselho.

A subemenda nº 32, reproduzindo em parte emenda da Comissão de Educação e Cultura, estabelece que serão baixados pelo CONFEA, dentro de 60 dias da data da promulgação da futura lei, resoluções destinadas a completar as composições dos Conselhos Federal e Regionais. A medida é imperativa porquanto se destina a complementar dispositivo previsto na subemenda ao art. 90 do Substitutivo.

A subemenda nº 33 é supressiva do parágrafo único do art. 91, cuja disposição deverá ser regulada pelas instruções previstas no próprio art. 91.

A subemenda nº 34, também supressiva, julga inteiramente dispensável o preceituado no art. 92 do Substitutivo, em face do que estabelece o art. 91 e das alterações introduzidas no art. 90.

A subemenda nº 35 ao art. 91 substitui a palavra "eleitos" pela "completados", ainda em consequência da subemenda ao art. 90.

A subemenda nº 36 manda suprimir o art. 85. Sua necessidade resulta da subemenda nº 29, que propõe a supressão do art. 89, o qual concede anistia aos faltosos para com os CREAS.

A subemenda nº 37 visa acrescentar, onde convier, um artigo, definindo que o CONFEA e seus Conselhos Regionais são autarquias, dotadas de personalidade jurídica de direito público. De acordo com a legislação em vigor, o conjunto dos Conselhos é que forma a autarquia, conferindo a cada conselho personalidade jurídica de direito público. "A conciliação parece suscetível mesmo de reparos de natureza jurídica. A redação que a subemenda em exame propõe esclarece que os Conselhos Regionais são autarquias no sentido estrito, visto que possuem autonomia administrativa, e financeira, estando obrigadas à prestação de contas ao Tribunal de Contas da União.

A subemenda nº 38, última da relação, acrescenta, onde couber, dispositivo prescrevendo que o CONFEA e os Conselhos Regionais devem ser considerados Serviço Público Federal, gozando seus bens, rendas e serviços, de imunidades tributária, de conformidade com o que preceitua o art. 21, inclusive, inciso V, letra b, da Constituição Federal. Esta medida objetiva facilitar os serviços de fiscalização exercida para o Estado pelos referidos Conselhos.

Da apreciação a que procedemos dessas 22 subemendas vemos que nenhuma diz respeito direta ou propriamente à esfera de atribuições regimentais da Comissão de Educação e Cultura.

Sua apresentação, como ressaltamos inicialmente, decorreu de entendimentos mantidos entre os próprios interessados e o nobre autor do Substitutivo.

A Comissão de Educação opina, assim, pela sua aprovação, vendo nelas providências, que, certamente, concorrerão para a melhor feitura da lei que regulará o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1966. — Menezes Pimentel, Presidente. — Gay da Fonseca, Relator. — José Leite. — Edmundo Levi. — Mello Braga.

Parecer nº 394, de 1966

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei nº 61, de 1966, (número 3.495-B-66 — na Câmara), que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos especiais, num montante de Cr\$ 1.027.157.513 (um bilhão, vinte e sete milhões, cento e cinquenta e sete mil e quinhentos e treze cruzeiros), destinado à Presidência da República para pagamento de despesas referentes a exercícios anteriores.

Relator Sr. Pessoa de Queiroz.

O presente Projeto de Lei, enviado à consideração do Congresso Nacional com a Mensagem nº 39, de 8 de março de 1966, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a abrir, à Presidência da República, créditos especiais, no montante de Cr\$ 1.027.157.513 (um bilhão, vinte e sete milhões, cento e cinquenta e sete mil e quinhentos e treze cruzeiros), assim discriminados:

I — Cr\$ 471.268.000 (quatrocentos e setenta e um milhões, duzentos e sessenta e seis mil cruzeiros), para ocorrer às despesas com os compromissos assumidos em 1965, com aquisição de material de consumo e a prestação de serviços de terceiros;

II — Cr\$ 555.891.513 (quinhentos e cinquenta e cinco milhões, cem e noventa e um mil e quinhentos e treze cruzeiros), com a vigência em dois exercícios, destinados a atender ao pagamento das dívidas contraídas pela Presidência da República em exercícios passados, até 1º de abril de 1964.

No que concerne ao item (2) dois, como se evidencia do relatório da Comissão encarregada de fazer o levantamento das dívidas contraídas pela Presidência da República, em exercícios passados, até 1º de abril de 1964, e não pagas, tais compromissos referem-se ao período que vai de 1960 até 1º de abril de 1964, cujos pagamentos foram reclamados pelos interessados.

Vale ressaltar que o atendimento de tais reclamações está a depender, já agora, da verificação, pela Comissão referida, da liquidez dos débitos, o que vem sendo feito mediante estudos dos documentos apresentados pelos reclamantes e investigações junto aos departamentos competentes.

Quanto ao item (1) um, a Exposição de Motivos do Sr. Ministro Extraordinário para Assuntos do Gabinete Civil, bem demonstra a imprescindibilidade do crédito pedido quando afirma:

"As despesas de aquisição de gêneros alimentícios, para o suprimento dos Palácios das Laranjeiras, da Alvorada e do Planalto e Residências do Tórto e do Ipê, do valor de 44 milhões de cruzeiros em janeiro do corrente ano, ultrapassaram 146 milhões já no mês de julho.

Os recursos reservados ao item "Força Motriz, Iluminação e Gás" que, dentro da rubrica "Serviços de Terceiros", se expressam pela quantia de Cr\$ 10.000.000, tornaram-se insuficientes face à apresentação das contas do Departamento de Força e Luz da NOVAP, fato até então inédito e, portanto, não previsto na época de elaboração da proposta orçamentária. A isto acresce o fato ainda o reajustamento das taxas de energia elétrica, que de Cr\$ 5 o KWA até 1-8-64, passou por aumentos sucessivos, atingindo Cr\$ 18 a partir de 28 de março do corrente ano".

Observadas que foram as prescrições alimentares à espécie, e sendo esta a única maneira legal de dar ao Governo os elementos de que carece para liquidar os compromissos a que alude, opinamos pela aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de abril de 1966. — Menezes Pimentel, Presidente. — Pessoa de Queiroz, Relator. — Wilson Gonçalves. — José Leite. — Mello Braga. — Eugênio Barrois. — Manoel Villaga. — Dominico Gondim. — Bezerra Neto.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — O expediente lido vai à publicação.

A Presidência deferiu, hoje, o requerimento apresentado ontem pelo qual o Sr. Senador José Ernirio solicita informações a serem prestadas pelo Ministério das Minas e Energia, com referência à ELETROBRAS.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Há oradores inscritos. Tem a palavra o nobre Senador Edmundo Levi. (Pausa.)

S. Exa. não está presente. Tem a palavra o nobre Senador José Ernirio.

O SR. JOSÉ ERMÍRIO:

(Lê o seguinte discurso:)

Senhor Presidente, Senhores Senadores, a estas horas deverão estar deixando o País os ilustres membros da Missão Comercial Portuguesa que, a convite da Federação e do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, e com o endosso dos Governos brasileiro e português, firmaram valioso protocolo visando à reformulação das nossas relações comerciais. Tivemos o privilégio, senhor Presidente, de mostrar a esses nossos visitantes o Capital da Esperança, esta Brasília que a cada dia que passa mais se afirma e se consolida, expressão da audácia de uma raça que tem suas mais profundas raízes na terra e na gente lusitana.

São incontáveis e imorredouros os laços que pessoalmente nos unem ao velho Portugal. Ainda há poucos dias, em São Paulo, por ocasião da festa das duas nacionalidades em que se transformou a entrega da gigantesca estátua do bandeirante Antônio Raposo Tavares, que será ofertada à sua cidade natal, a multissecular São Miguel de Beja, tivemos oportunidade de ressaltar a unidade e a perenidade desses laços, marcados por um afeto verdadeiramente filial.

Acordos como esses, sim, são acordos entre cavalheiros e nações que mutuamente se estimam e se respeitam, são baseados na reciprocidade de tratamento. Acordos assim sempre terão nosso decidido apoio e nossa incondicional adesão, pois nêles ninguém aliena nada de si.

Constatamos, com a feliz iniciativa, de qual muito esperamos, no sentido de maior intensificação das relações econômicas e comerciais luso-brasileiras, e para que fiquem constando dos anais desta Casa passamos a ler as conclusões desse Protocolo, instrumento notável para a necessária cooperação entre nossos dois países:

1 — Existem importantes potencialidades de incremento mercantil entre o Brasil e Portugal metropolitano e ultramarino, não só quanto aos produtos que tradicionalmente têm constituído esse comércio, mas também no que se refere às mercadorias industriais que ambos os países comecem a ter condições de exportar, e em relação a determinadas matérias-primas produzidas num dos países e com interesse para a indústria do outro.

2 — A reformulação do Acordo Comercial de 9 de novembro de 1949, anunciada no comunicado do Iamaral, merecendo ser apoiada calorosamente, uma vez que o referido Acordo já não corresponde às possibilidades e necessidades do intercâmbio comercial luso-brasileiro.

3 — Será desejável que os governos de Portugal e do Brasil, ao promoverem a reformulação do Acordo existente, estabeleçam um sistema flexível de relações comerciais, baseado num regime de pagamentos em moedas convertíveis, que entre as limitações do bilateralismo que até aqui têm sido aplicadas.

4 — Enquanto o volume do comércio de mercadorias entre os territórios portugueses e o Brasil não atingir um nível muito mais significativo do que tem sido conseguido nos últimos anos, considere-se conveniente que, para favorecer a rápida expansão desse comércio, se constitua a maior liberdade na escolha dos meios de transporte para as mercadorias trocadas.

5 — Na negociação do novo arranjo para as relações comerciais entre Portugal e o Brasil podem ser aproveitadas algumas valiosas oportunidades para estabelecer, sem quebra de compromissos internacionais a que ambos os países se encontram obrigados, o melhor tratamento possível para produtos com especial interesse no comércio luso-brasileiro. Os esforços a

desenvolver neste campo podem incidir em aspectos alfandegários, cambiais e de restrições quantitativas. Convinha, em particular, que fossem dirigidos no sentido de criar facilidades à realização de acordos de complementariedade entre as indústrias do Brasil e de Portugal, promover a expansão das trocas de livros e a realização de edições conjuntas em língua portuguesa e favorecer a intensificação do comércio de mercadorias em que um dos países possa ser normalmente principal fornecedor do outro.

6 — As organizações de indústrias portuguesas e brasileiras promoverão a realização de estudos econômicos destinados a identificar os setores industriais onde seja mais fácil e mais proveitoso estabelecer acordos de complementação industrial entre os dois países, tendo em vista, além do mais, a promoção das exportações para terceiros mercados de produtos fabricados conjuntamente no Brasil e em Portugal.

7 — Devem ser estudadas medidas que possibilitem uma ampla cooperação tecnológica e no domínio da formação profissional entre o Brasil e Portugal.

(Interrompendo a leitura.) — Alias na parte tecnológica, o Instituto de Engenharia de Lisboa, uma das maiores autoridades hoje no mundo, já está no Brasil, ajudando as nossas pesquisas técnicas.

(Retomando a leitura.)

8 — A concessão de zonas francas ao comércio luso-brasileiro, tanto em Portugal como nas Províncias Ultramarinas, é uma medida conveniente para o desenvolvimento das exportações brasileiras. Idêntico oferecimento deverá ser feito a Portugal (para criação de uma zona franca no Rio de Janeiro ou Santos, para ampliação das possibilidades de comercialização dos seus produtos na América Latina).

9 — A A.I.P. e a FIESP constituem, nos termos de um Protocolo emitido nesta data, um Grupo de Cooperação Econômica e Tecnológica, para realizar estudos em profundidade sobre os entraves e as possibilidades de desenvolvimento da cooperação econômica e tecnológica entre o Brasil e Portugal e apresentar os resultados desses trabalhos aos Governos dos dois países. Estas conclusões, elaboradas com a cooperação, em nível técnico de representação, da Confederação Nacional da Indústria e da Secretaria do Governo do Estado de São Paulo, serão submetidas à Confederação Nacional da Indústria do Brasil, procedendo, da mesma forma, em relação ao Governo de Portugal e Associação Industrial Portuguesa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, acho de ler o resumo desse acordo que, na realidade, é de interesse para o Brasil.

São estas as informações que tinha a prestar a este Plenário. (Muito bem! Muito bem!)

(SR. REPRESENTANTE:

(Nova hora da Gama) — Continua a hora do Expediente. Tem a palavra o nobre Senador Bezerra Neto.

O SR. BEZERRA NETO:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, volte a ocupar a atenção da Casa para o meu apelo a iniciativas que estão surgindo em vários municípios do Brasil e na Câmara dos Deputados e que foram por mim previstas em sessão de março deste ano. Naquele dia, chamáramos a atenção dos poderes competentes para as responsabilidades assumidas em face do sistema tributário brasileiro, com o advento da Emenda Constitucional nº 18.

Esta alteração modificou profundamente a discriminação de rendas determinada na Carta Magna e a fez

de um modo inédito na história de nossas constituições. Esse ineditismo ressaltava-se em dois principais aspectos, de natureza formal, mas importantes: o primeiro é o de prever a elaboração de leis complementares e imediatas para o sistema funcional; o segundo é o de dar a tribuições também imediatas, ao Senado Federal, para balizar Resoluções, sem as quais as normas tributárias previstas não teriam vida na determinação, discriminação e distribuição de aliquotas. O Senado passa pela emenda nº 18 a ter uma competência inicial sobre matéria tributária, o que vale dizer, financeira, levando-nos a concluir haver sido revogada a proibição, o tabu, da parte "in fine" do parágrafo primeiro, artigo 67, da Constituição.

Na nossa intervenção inicial, secundados pelo ilustre Senador Antônio Carlos, realçávamos a particularidade de a emenda nº 18 haver sido promulgada a 1.º de dezembro de 1965 e nenhuma providência se conhecer para a sua execução, notadamente no envio dos projetos de leis complementares, e a iniciativa para as indispensáveis Resoluções do Senado.

Há poucos dias, em matéria regional, o "Correio da Manhã", forçava os mesmos reparos.

Se não ocorrerem medidas imediatas para incentivar a execução da difícil emenda constitucional nº 18, cabemos num desastroso caos tributário, com reflexos evidentemente trágicos para a vida financeira e econômica da União, e, especialmente, dos municípios e dos Estados. Um exemplo: foi retirado da competência dos municípios o lançamento do imposto territorial rural, que nasce à União (art. 8.º), mas esta distribui aos municípios o produto dela arrecadado na respectiva área (art. 20.º).

Ocorre que não há providências de lançamento, e, então, numa afiliva ambiência, os municípios começam a reclamar para a aplicação do dispositivo ser adotada. O mesmo está acontecendo, nos Estados, donde foi retirada a competência de lançar e cobrar o imposto de vendas e consumos (art. 11.º).

Deste tributo reservam-se aliquotas aos Estados, mas os limites deverão ser fixados em Resolução elaborada no Senado Federal.

Examinando a emenda nº 18, observamos que ela para se efetivar dependerá das seguintes medidas legislativas complementares e não há providências sobre nenhuma delas.

Lei complementar prevista no art. 14 a fim de que a União use, em casos excepcionais, de sua competência exclusiva para instituir empréstimo compulsórios.

E mais as seguintes leis complementares para:

a) determinar a incidência do imposto de transmissão nas pessoas jurídicas, cuja atividade preponderante seja venda ou a locação da propriedade imobiliária ou a cessão de direitos relativos à sua aquisição (art. 9.º, § 2.º);

b) especificar os termos de fixação das aliquotas do imposto de transmissão (art. 9.º, § 4.º);

c) determinar os termos de aplicação das aliquotas do imposto sobre a produção e a circulação (art. 12.º, § 1.º);

d) abater em cada operação o montante cobrado nas operações anteriores pelo mesmo ou outro Estado (art. 12.º, § 2.º);

e) estabelecer os limites e condições em que o Poder Executivo pode alterar as aliquotas do imposto sobre a produção e a circulação (art. 14.º, § 1.º);

f) efetuar os critérios para distinguir as atividades ou os serviços de qualquer natureza, que podem ser tributados pelos municípios, daqueles

que estão compreendidos na competência tributária da União e dos Estados (art. 15, parágrafo único);

g) regular a aplicação do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (10%) e do Fundo de Participação dos Municípios (10%) da arrecadação dos tributos constantes do art. 8.º II e art. 11, sendo que esta lei complementar prevista cometerá ao Tribunal de Contas da União o cálculo e a autorização do pagamento das quotas a cada entidade participante, independentemente de autorização orçamentária ou de qualquer outra formalidade, efetivando-se a entrega, mensalmente, através de estabelecimentos de crédito oficiais (art. 21, § 1.º);

h) formular os critérios de distribuição das quotas aos municípios, Estados e Distrito Federal previstas nos artigos 23, caput, e 15, proporcionalmente à superfície e à população das entidades beneficiadas e à produção e ao consumo, nos respectivos territórios, dos produtos a que se refere o imposto (art. 23, parágrafo único);

i) estabelecer que as alterações e substituições tributárias entrem gradualmente em vigor nos exercícios de 1967, 68 e 69 (art. 26, § 1.º).

Constatamos, da emenda, as previsões de importantes Resoluções do Senado para fixar aliquotas dos vários tributos e sua distribuição com as unidades da federação e os municípios e para outros fins, como se vê nos artigos 9.º, § 4.º; 12.º, § 1.º; 23.º, § único e outros.

Há, ainda, a indicação de que são necessárias medidas legislativas complementares estaduais (art. 12.º, § 2.º).

Registra-se, assim, que é profunda a responsabilidade assumida, e que as preocupações que surgem nos municípios e Estados são procedentes.

Com estas observações, louvamos a iniciativa do eminente representante de São Paulo, o Sr. Deputado Lacerda Vitalle, que formulou ao Sr. Ministro da Fazenda a fim de que não se efetive, no exercício corrente e no de 1967, a emenda nº 18 na parte relativa ao imposto territorial rural.

Ele teve o apoio da opositora Câmara Municipal de Corumbá, em Mato Grosso, nos termos deste ofício que recebemos:

"Ofício nº 690.04.66/GM

Corumbá, 23 de abril de 1966. Ao Exmo. Sr. Senador Vicente Bezerra Neto.

Assunto: Solicita apoio para medida em favor dos Municípios Brasileiros.

Senhor Senador:

Este Legislativo vem de aprovar unanimemente, em sua sessão ordinária de ontem, requerimento do nobre vereador Sr. Geraldo Martins de Barros, no sentido de apresentar inteiro apoio e solidariedade ao Exmo. Sr. Deputado Lacerda Vitalle, pela sua brilhante iniciativa, formulando apoio ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Fazenda, solicitando nomear para os Municípios Brasileiros arrecadadores, ainda no corrente exercício e no de 1967 o imposto territorial rural, que é hoje atribuído à União, com devolução de uma parte aos Municípios.

No mesmo requerimento suare o autor dirigimo-nos a Vossa Excelência e a todos os demais honrados representantes da Mato Grosso, no Congresso Nacional, solicitando apoio para essa medida justa, que, se atendida, virá auxiliar muito as comunas brasileiras, ensinando-as nesse aspecto de como a rejeitar os seus compromissos, dentro da nova distribuição de rendas.

Solicitando a atenção de Vossa Excelência, servimo-nos desta oportunidade para renovar os

nostros protestos de mui alto apelo e distinta consideração.

Atenciosas saudações. — *Clio Proença, Presidente. — Maria de Lourdes Araújo, 1º Secretário.*

Passados já cinco meses da promulgação, não existindo qualquer sinal de iniciativa para a elaboração das leis complementares e Resoluções do Senado, indispensáveis à execução da emenda nº 18, damos toda razão à campanha dos Municípios para que lhes não seja retirado, nos exercícios de 1966 e 1967, o imposto territorial rural. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Não há mais oradores inscritos. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Sobre a Mesa, projeto de resolução que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Projeto de Resolução Nº 26, do 1966

que altera dispositivos do Regimento Interno.

Art. 1º Acrescente-se ao art. 381 do Regimento Interno o seguinte:

a) Na hipótese de o Ministro de Estado deixar de responder a interpeleções formuladas dentro da matéria objeto da convocação, por não dispor no momento, de elementos para isso, deverá fazê-lo, por escrito, à Mesa, dentro do prazo de 10 (dez) dias.

Art. 2º Suprima-se a palavra NÃO da alínea d-3 da letra "d" do artigo 381.

Art. 3º Acrescente-se ao artigo 213 o seguinte parágrafo:

§ 3º O Requerimento de Informações não respondido no prazo de 60 (sessenta) dias será automaticamente transformado em Requerimento de Convocação e assim submetido à deliberação do Plenário.

Justificação

Ninguém ignora, Senhor Presidente, que nos termos constitucionais, os Poderes da República são harmônicos e independentes, porque esta é a marca inconfundível dos regimes democráticos que regem a vida dos povos civilizados, consubstanciando as conquistas de tantos séculos de sabedoria, de inteligência e, sobretudo, de lutas para torná-las realidades, as quais, felizmente, entre nós, se fizeram pacífica e incruentamente.

Essa harmonia e essa independência não abrigam, entretanto, em seus objetivos, senão os altos interesses nacionais que visam servir através dum entrelaçamento profundo, duma colaboração recíproca e permanente, dos quais nasce, prospera e se consolida ação construtiva em favor do bem comum, finalidade de toda a atividade política e governativa.

No seio do Congresso Nacional, nas suas duas Casas, servem a esse propósito de intercâmbio e entrelaçamento, as lideranças governamentais que, a cada passo, traduzem, prontamente, o pensamento oficial, os objetivos dos atos do Poder Executivo e dizem dos seus fundamentos e inspirações.

As Mensagens anuais que a Constituição impôs como dever inadiável do Presidente da República perante o Congresso Nacional têm, a nosso sentir, idêntica finalidade.

A ciência, entretanto, uma vez por ano, do relato das atividades governamentais e, com atraso às vezes enorme, dos relatórios da administração pública através dos seus mais variados setores é incapaz, por si só, de fornecer, a hora e a tempo, as informações das quais não pode o Poder

Legislativo prescindir para perfeito desempenho de suas atividades.

Os Requerimentos de Informações e a possibilidade de convocação pelas Casas do Congresso e suas Comissões Permanentes dos titulares das Secretarias de Estado atenderam a mesma necessidade.

Esta última modalidade de atuação parlamentar tem entre as suas finalidades mais importantes a de proporcionar, sem delongas, ao Poder Legislativo, o conhecimento de situações que exigem, pela sua natureza, medidas de caráter legal, capazes de evitar a sua reprodução, quando novas ao interesse nacional; aperfeiçoá-las, quando se revelam úteis, mas carentes de aprimoramento, ou apoiá-las, quando se mostrem adequadas, oportunas e patrióticas.

Outra não foi a inspiração da Emenda Constitucional nº 17, de 1965 ao acrescentar ao art. 54 da Constituição o seguinte parágrafo:

"§ 2º Os Ministros de Estado, a seu pedido, poderão comparecer perante as Comissões ou o Plenário de qualquer das Casas do Congresso Nacional e discutir projetos relacionados com o Ministério sob sua direção."

Não tem, portanto, mais razão de ser a proibição regimental (art. 381, letra "d", d-3) do diálogo entre o Ministro de Estado e o Senador. Por sua vez, a omissão do Regimento Interno na parte relativa a interpeleções a Ministros de Estado convocados, na hipótese da falta de elementos para pronta resposta, de modo a permitir que não se frustre, como já tem ocorrido, o objetivo da convocação, cabe ser sanada. E, finalmente, a transformação do Requerimento de Informações não respondido no prazo legal em Requerimento de Convocação completa as medidas tendentes a dar mais eficiência aos contatos entre os Ministros de Estado e o Senado Federal.

Tais são as finalidades deste projeto.

Sala das Sessões, 3 de maio de 1966.

— José Ermírio.

(Nogueira da Gama) — O projeto lido vai à publicação e, em seguida, ficará sobre a mesa durante três sessões para receber emendas, nos termos do Regimento. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Tem a palavra o Sr. Senador Antônio Carlos, que acaba de se inscrever ainda no período do Expediente.

O SR. ANTÔNIO CARLOS:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, não é esta a primeira vez que ocupo a tribuna do Senado, para focalizar o problema dos transportes no Estado de Santa Catarina, especialmente os transportes rodoviários. Hoje, desejo, mais uma vez, com esta intervenção, solicitar a atenção do Poder Executivo para o grave problema das comunicações rodoviárias em meu Estado.

Em princípios de março, reuniu-se na cidade de Chapecó, no Oeste catarinense, uma assembléia de Prefeitos municipais e, durante essa reunião, altamente representativa daquela próspera região de Santa Catarina, o assunto focalizado com mais realce foi justamente o dos transportes rodoviários.

Trinta e dois Prefeitos do Extremo Oeste, da cidade de Chapecó até a cidade de Dionísio Cerqueira, dirigiram às autoridades federais um apelo no sentido de o Governo dar prosseguimento à construção da Estrada BR-36, pelo novo Plano Rodoviário Nacional denominada BR-282.

Para se ter uma idéia da importância dessa rodovia, basta que se diga que ela é a única via de acesso que liga a região do oeste catarinense

se e do Vale do Rio do Peixe à Capital de Santa Catarina. É a única ligação leste-oeste do meu Estado.

A medida que foi crescendo e se desenvolvendo a região do Extremo-Oeste, não só com o aumento de sua população, com a colonização intensa daquelas glebas, através de famílias vindas do Rio Grande do Sul, como também à medida que se desenvolveu a agricultura e, agora, a indústria, a BR-282 passou a ter importância vital para o desenvolvimento econômico e social de Santa Catarina.

Incluída no Plano Rodoviário Nacional, essa estrada teve seu início há alguns anos, com as obras no trecho Lajes-Joaçaba e também no trecho Joaçaba-Xanxerê. Em 1963, foi incluída no plano de prioridade do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, mas em 1965 suas obras foram paralisadas e, ultimamente, tive conhecimento de que essa estrada foi excluída do Plano de Prioridades do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Creio, pois, que é indispensável uma palavra, no Senado, no sentido de o Governo retificar o Plano de Prioridades no setor rodoviário e incluir nele a BR-282. Ela será a grande via de escoamento da produção agro-industrial do oeste catarinense e do Vale do Rio do Peixe.

Recebi dos Prefeitos reunidos em Chapecó telegrama, fazendo um apelo para que conseguisse o reinício das obras da BR-282. Atendendo aquele apelo estive com o novo Diretor do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, engenheiro Alcacyr Guimarães. E hoje externo este meu apelo dirigido ao Ministro da Viação, no sentido de incluir a BR-282 no Plano de Prioridades do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Há outra estrada de grande importância para Santa Catarina, tão ou mais importante do que a BR-282: é a BR-101, anteriormente designada sob o nº BR-59. Essa estrada, que parte de Porto Alegre e deve prosseguir pelo litoral sul do Brasil até a cidade de Santos, atravessa, na direção Norte-Sul, o Estado de Santa Catarina, servindo à região carbonífera do litoral de Laguna e, em seguida, à Capital do meu Estado, Florianópolis e às regiões industriais do Vale do Itajaí e do Norte do Estado.

Há vinte e cinco anos essa estrada está sendo construída, Sr. Presidente. Elegia-me Deputado Estadual, em 1947, quando essa estrada teve início no trecho Florianópolis-Biguacu. Daquela época até hoje, os trabalhos se arrastam no pequeno trecho entre Florianópolis e Biguacu. O resto do trecho: Florianópolis — fronteira do Rio Grande do Sul, em alguns segmentos pequenos de implantação concluída, e todos os outros a concluir; um pequeno trecho pavimentado de 21 km entre Itajaí e Joinville; e os restantes, entre Florianópolis e a fronteira do Paraná, iniciados em ritmo muito lento de construção.

Dia 6 de maio, na cidade de Porto Alegre, os Prefeitos dos municípios gaúchos e catarinenses, que precisam da BR-59 como via de escoamento da sua produção, vão-se reunir. E vão solicitar ao Governo que imprima às obras da BR-101, antiga BR-59, um ritmo que permita a sua efetiva conclusão nos próximos exercícios.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento, segundo estou informado, está disposto a financiar 50% das obras de pavimentação do trecho Florianópolis-Curitiba, da BR-101, da estrada de acesso Joinville-Curitiba se o Governo brasileiro concluir as obras de implantação e terraplenagem desse trecho até o fim de 1966.

O Banco Interamericano de Desenvolvimento financiará 50% das obras de pavimentação do aludido trecho.

Ocorre, porém, que dentro do ritmo atual das obras não estará concluído o trecho Florianópolis-Curitiba até o fim do corrente ano.

Desse modo, o Brasil perderá a oportunidade de receber, daquele Instituto de crédito internacional, o financiamento correspondente a 50% do custo da pavimentação daquele segmento. Será lamentável, Sr. Presidente, que percamos essa oportunidade de receber um auxílio precioso de origem externa, para ver concluída a estrada BR-101.

Os problemas de transporte, em Santa Catarina, ao contrário de outros problemas do Estado, em vez de virem sendo resolvidos, à medida que corre o tempo, vêm-se agravando. Durante o quinquênio 1960-1965, o Estado de Santa Catarina não mereceu sequer um financiamento externo, para resolver seus problemas de transportes.

Ainda há pouco, tive ocasião de tomar conhecimento de empréstimos obtidos do Banco Interamericano de Desenvolvimento, pelo Estado do Paraná, para reequipamento do Porto de Paranaguá e conclusão da estrada Paranaguá-Foz do Iguaçu.

Santa Catarina, nos últimos cinco anos, não obteve nenhum financiamento externo e, segundo carta dos assessores do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento, tais financiamentos não foram possíveis porque o Governo do Estado retirou as atribuições de construção das estradas-base, das estradas mais importantes, do Departamento de Estradas de Rodagem, para concentrar essas atribuições no PLAMEG, isto é, no Plano de Metas do Governo do Estado, entidade semi-autárquica, que comanda todos os investimentos básicos em Santa Catarina.

Por outro lado, sem financiamentos externos, as dotações constantes do Orçamento do Estado não são suficientes para atender a construção e manutenção da vasta rede rodoviária de Santa Catarina, que atende a 194 municípios num território onde a população não está concentrada em grandes centros urbanos, mas sim espalhada nos seus 94.000 km², de acordo com o sistema de pequenas propriedades que vigora naquele Estado da Federação.

Desamparado, assim, no que toca à solução do seu problema de transportes, de medidas e providências estaduais, Santa Catarina se vê também a braços com o abandono desse setor, por parte do Governo Federal. Muitas são as estradas federais — as chamadas BR — que devem ser construídas para atender ao Estado de Santa Catarina. Apenas uma, que serve mais ao Rio Grande e ao Paraná — a BR-2, encontra-se, no trecho catarinense, perfeitamente concluída; e a estrada pavimentada que vai de Joinville até a fronteira do Rio Grande do Sul, passando pelos Municípios de Monte Castelo, Itaipópolis, Papanova, Santa Cecília, Curitiba, Ponte Alta do Sul e Lajes. As outras estradas, como as BR-101 e BR-282 encontram-se em início de construção, embora muito lentamente ou sequer foram iniciadas.

Entendo que é um dever da representação federal de Santa Catarina, no Congresso, clamar contra essa discriminação, essa injustiça. O momento é oportuno, pois, se há pouco, reuniram-se os Prefeitos do extremo oeste, em reunião realizada no município de Chapecó, no próximo dia 6 reclamarão os Prefeitos do litoral catarinense, que precisam para atender às necessidades dos seus municípios, da BR-101.

A BR-101, Sr. Presidente, merece, de fato, alta prioridade no programa de investimentos e realizações do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem. Ela irá transportar para os grandes centros consumidores, como São Paulo e Rio de Janeiro, a rica e farta produção agropecuária dos

Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Mas especialmente a Santa Catarina ela interessa, pois atende os municípios carboníferos de Tubarão, Criciúma, Lauro Müller, Siderópolis, e Brusanga, no sul do Estado, e a capital, Florianópolis, que, localizada numa ilha no extremo-leste do território catarinense, precisa, para ser, realmente, o centro político e social do Estado, de uma ligação pronta e confortável com os restantes centros catarinenses. Serve ainda, a BR-101, as regiões do Vale do Itajaí, com sua fabulosa indústria, e, também, ao parque industrial do Norte do Estado.

Não podendo estar presente a reunião dos Prefeitos da região tributária da BR-101, a se realizar em Porto Alegre de 6 a 15 do corrente, quero, antecipadamente, juntar a minha às suas vozes, engrossando o apelo que, certamente, dirigirão ao Governo Federal, no sentido de que se imprima ritmo razoável às obras daquela rodovia. Deste modo, o Governo Brasileiro não perderá o financiamento prometido pelo BID e, também, com as dotações do orçamento do DNER poderão ser concluídas as obras necessárias ao desenvolvimento econômico da região sul do Brasil, através da construção e da pavimentação daquela importante rodovia.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

COMPARECEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Cattete Pinheiro.
Pessoa de Queiroz.
Dylton Costa.
Josaphat Marinho.
Raul Giuberti.
Antonio Carlos.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Esgotada a matéria do Expediente. Passa-se a

ORDEN DO DIA

Antes de anunciar os projetos em pauta, cabe-me fazer um esclarecimento referente ao Projeto de Resolução nº 15, de 1966, que aposentou Nelson Lima Davel, motorista do Quadro da Secretaria do Senado.

A Mesa verificou o erro na referência ao padrão de vencimentos do funcionário, que é PL-9 e não PL-10, como figurou no projeto e na redação final.

Houve, assim, engano de ordem material.

Dando conhecimento ao Plenário do erro, a Mesa, se não houver manifestação em contrário, procederá a correção, em nova publicação do texto definitivo da Resolução. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama):

Item I da Ordem do Dia.

Discussão, em turno único, do Parecer nº 169, de 1966, da Comissão de Agricultura, sobre a indicação nº 4, de 1966, de autoria do Senhor Senador Dylton Costa, no sentido de que a Comissão de Agricultura realize estudos destinados a consolidar a Legislação referente ao sistema cooperativista do País (Parecer favorável à matéria constante da Indicação.)

A Comissão de Agricultura, em seu parecer, nada propôs. Em sua conclusão, diz o seguinte:

"A Indicação versa, inevitavelmente, assunto da maior relevância, o qual, a seu tempo, deverá ser levado em consideração, como base para um estudo mais profundo por parte desta Comissão".

A Indicação, segundo o Regimento Interno, no seu art. 220, equivale a uma sugestão. Não tendo a Comissão

de Agricultura apresentado projeto de lei ou proposto qualquer providência, parece que a consulta ao Plenário deva ser no sentido do arquivamento da Indicação.

Em discussão o parecer.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra para a discussão, dou-a como encerrada.

A votação da proposta de arquivamento não pode ser feita hoje por falta de "quorum", ficando adiada para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Nogueira da Gama):

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 130-64, nº 2.496-C-57, na Casa de origem, que dispõe sobre o salário-mínimo, a jornada de trabalho e as férias anuais remuneradas dos advogados, e dá outras providências, tendo parecer favorável, sob nº 192, de 1966, da Comissão de Legislação Social.

Sobre a mesa emendas ao projeto que vão ser lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes

EMENDA Nº 1

Do art. 1º:

Dê-se ao art. 1º, a seguinte redação:

"Art. 1º A remuneração dos advogados que, em virtude de relação de emprego, trabalham em serviços jurídicos de natureza particular, não será inferior a duas vezes o salário-mínimo local, nas entidades de patrimônio ou capital de valor até Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), nem a três vezes esses salários-mínimo para as de patrimônio ou capital de valor superior àquela quantia.

Parágrafo único. O salário profissional estabelecido neste artigo não exclui o direito do advogado a percepção de aumentos ou vantagens que forem atribuídos pela entidade empregadora aos seus assalariados ou em consequência de quaisquer acordos ou decisões.

Justificação

A emenda aperfeiçoa o projeto, assegurando direitos aos profissionais interessados. — Jefferson de Aguiar.

EMENDA Nº 2

Do art. 5º

Onde se lê: "na empresa" Leia-se: "na entidade empregadora."

Justificação

A expressão "entidade empregadora" abrange todas as categorias que a expressão "empresa" restringe. — Jefferson de Aguiar.

EMENDA Nº 3

Do art. 7º

Onde se lê: "empresas industriais ou comerciais" Leia-se: "entidades empregadoras."

Justificação

E' correta a expressão "entidades empregadoras", que é ampla, não se admitindo, no caso, a restritiva do Projeto. — Jefferson de Aguiar.

EMENDA Nº 4

Inclua-se, onde couber:

"Art. São nulos os contratos de trabalho que contrariem a presente lei, respeitadas os direitos adquiridos pelo advogado, na entidade empregadora."

Justificação

As determinações contidas no projeto são de ordem pública, não podendo ser alteradas pela convenção das

partes, consequentemente. — Jefferson de Aguiar.

O SR. PRESIDENTE:

(Nogueira da Gama) — Em discussão o projeto com as emendas. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, declaro encerrada a discussão.

O projeto sai da Ordem do Dia para pronunciamento da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Legislação Social sobre as emendas.

Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Não há orador inscrito.

(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra vou encerrar a sessão designando para a de amanhã a seguinte

ORDEN DO DIA

SESSÃO EM 4 DE MAIO DE 1966

(QUARTA-FEIRA)

1

Votação, em turno único, do Parecer nº 169, de 1966, da Comissão de Agricultura, sobre a Indicação nº 4, de 1966, de autoria do Sr. Senador Dylton Costa, no sentido de que a Comissão de Agricultura realize estudos destinados a consolidar a Legislação referente ao sistema cooperativista do País (Parecer favorável à matéria constante da Indicação.)

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1966, de autoria da Comissão Diretora, que concede aposentadoria a Thomaz Pompeu Accioly Borges, no cargo de Diretor, PL-1, do Quadro da Secretaria do Senado Federal.

Está encerrada a Sessão.

(Levanta-se a Sessão às 15 horas e 30 minutos.)

Parecer que se publica, para estudo, da ordem do Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

Da Comissão de Constituição e Justiça, a indicação nº 2, de 1963, sobre a Circular do Sr. Ministro da Justiça aos Governadores de Estados, relativa a concessão de empréstimos externos aos Estados-membros.

Relator: Sr. Josaphat Marinho.

I

Sugeriu o eminente Senador Afonso Arinos, invocando os arts. 220 e 222, nº II, do Regimento Interno, fossem ouvidas as Comissões de Constituição e Justiça, Relações Exteriores e Finanças, sobre a Circular do Sr. Ministro da Justiça aos Governadores de Estado, relativa a concessão de empréstimos externos aos Estados-membros.

II

Esclarece a Indicação que "a consulta às Comissões, segundo as competências respectivas, terá especialmente em vista:

1 — Fixar as atribuições constitucionais do Estado, em face do referido ato do Poder Executivo;

2 — Traçar normas de coordenação da ação do Senado com a do Ministério das Relações Exteriores para o exercício das atribuições referidas;

3 — Caracterizar as operações levadas a efeito pelos Estados-membros, de forma a verificar se se enquadram nas atribuições privativas do Senado, tendo em vista, também, o disposto no art. 5º, XV, "b", da Constituição Federal".

III

Ainda em arrimo da Indicação o nobre Senador proferiu discurso, salientando, entre outros aspectos:

a) que as normas regimentais, "até certo ponto, completam ou complementam os arts. 62 e 63 da Constituição";

b) "a possibilidade da criação dentro do nosso Regimento, de um órgão específico, do Senado, que viesse se desincumbir ou pelo menos estudar, coordenar e providenciar a execução daquelas medidas que nos sejam reservadas pela Constituição".

IV

A Constituição Federal prescreve, em seu art. 33, que "é dezoito aos Estados e aos Municípios contrair empréstimo externo sem prévia autorização do Senado Federal". No art. 63, II, estipula que "compete privativamente ao Senado Federal: "autorizar os empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios".

V

Em seu Regimento Interno, o Senado e estabelece:

"Art. 342. O pedido de autorização para empréstimo externo, a ser contratado por Estado, pelo Distrito Federal ou por Municípios (Const., artigo 63, nº II), deverá ser encaminhado ao Senado com documentos que o habilitem a conhecer perfeitamente a operação, os recursos para satisfazer os seus compromissos e a sua finalidade.

Art. 243. Deverão obrigatoriamente acompanhar o pedido de autorização:

a) parecer do órgão incumbido da execução da política financeira do Governo Federal;

b) publicação oficial com o texto da autorização do Legislativo Estadual, para a operação".

Para segurança de seu pronunciamento e limitação dos efeitos dele decorrentes, o Senado consignou, ainda, no Regimento Interno:

"Art. 342.A. É lícito a qualquer Senador, representante do Estado interessado na operação de que trata o art. 342, encaminhar à Mesa, com ofício, para anexação ao processo relativo, documento destinado a complementar a instrução da matéria, ou ao esclarecimento do seu estudo.

Art. 345. O teor da Resolução do Senado, concedendo autorização para empréstimo externo, deverá constar do instrumento da operação.

Art. 346. Qualquer modificação nos compromissos originalmente assumidos dependerá de nova autorização do Senado".

VI

Desses textos constitucionais e regimentais resulta, claramente que:

a) toda operação de empréstimo externo, a ser feita pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, depende de prévia autorização do Senado;

b) é privativa a competência do Senado para autorizar o empréstimo;

c) o Senado há regulou, cautelosamente, a forma de concessão da autorização para os empréstimos, sem embargo de examinar-se a conveniência da ampliação da disciplina estabelecida.

VII

A privatividade da competência do Senado, correspondente a seu papel de representação dos Estados, deflui, como visto, de cláusula expressa da Constituição. O texto constitucional, por sua letra e pelo sistema com que organizou o quadro federativo, é excluyente da interferência de outro órgão na disciplina dos empréstimos previstos.

Nem se há de argüir que a competência definida é privativa e não exclusiva. "A sinonímia da *privativamente* com *exclusivamente* é inegável — escreveu Ruy Barbosa, explicando: *Privativamente* quer dizer: com exclusão de outras pessoas; com exclusão de todos os outros; singularmente. Para mostrar esta equivalência, Bluteau põe exemplo na frase: conceder-vos isto a vós *privativamente*, e a traduz em latim com esta outra: *uni tibi id conceditur, coeteris omnibus exclusis*. (Vocabulário, tom. 6, p. 750). Isto é: concede-se-vos isto a vós, *excluídos todos os demais*. (Coms. à Const. Fed. Bras., col. e ord. por Homero Pires — II vol., Saraiva, 1933 — página 210).

Esse entendimento, prevalente ainda hoje, autoriza que se considere excluída a interferência, no caso, não apenas da outra Casa Legislativa, — como pretendiam preclaros intérpretes da Constituição de 1891 — mas também a de qualquer órgão do poder público. Aplica-se ao caso a lição extraída por Francisco Campos da doutrina, ao comentar o poder do Presidente da República de perdoar ou comutar penas: "A este conferindo *privativamente* o poder — assinala — clário é que do seu exercício exclui os outros poderes, sejam os do Governo Federal, sejam os do Governo estadual" (Direito Constitucional — 1958 — II vol., pag. 196).

Reforça, ainda, a exclusividade da competência definida a circunstância de ser o Senado representação dos Estados como expresso no art. 60 da Constituição, na linha de acatamento à tradição federativa (Const. 1891 — art. 20, e Const. 1934, art. 89). E convém notar que mesmo na Constituição de 1934, em que foi caracterizado como órgão de coordenação dos poderes, o Senado teve a atribuição privativa de autorizar os empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (art. 90, b).

Daí haver concluído o ilustre autor da proposição, em 1959, quando deputado federal, ao examinar a emenda constitucional que conferia aos presidentes o título de Conselheiros da República, que "o Senado no Brasil, desde 15 de novembro de 1889 nunca foi outra coisa senão um Senado federativo" (Disc. do Deputado Afonso Arinos — DCN, Sec. I, de 13 de janeiro de 1959, págs. 190-195.)

Como Senado federativo, veja pelos Estados membros preservando-lhes as prerrogativas, ou os contendo ao sistema da União instituída.

VIII

Dir-se-á que a Constituição e o Regimento usam a expressão "empréstimos externos", fórmula de sentido técnico e específico, não abrangente de outras relações jurídicas — a exemplo, convênios e doações — e por isto mesmo limitativa da competência do Senado.

Decerto, os dois textos somente se referem, na sua letra, a empréstimos externos. E' inegável, também, que, em princípio, não se amplia competência.

Mas, a Constituição, como um código político é interpretada segundo suas vigas mestras e tendo em vista o conjunto delas, sua essência e seus fins. Em discurso no Senado, em 1891, Ruy Barbosa observou, precisamente, que "a lei política de um país não se interpreta com essa rigidez, não está subordinada, permita-se-lhe a expressão, a mesma literalidade que um regimento militar."

Não são disposições que principiem e acabem cada uma em si mesma; debaixo da lei política de cada país existe uma sub-estrutura de idéias gerais que ela propõe, uma infinidade de relações emanantes que ela não define, uma base comum, uma rede in-

trínca e sutil de princípios que a apoiam, que a orientam, mas que ela não particulariza.

Este conjunto de princípios constitui, a respeito da lei fundamental do país, a fonte superior da sua interpretação, e as conclusões que dela decorrem estão subordinadas em sua inteligência todas as cláusulas constitucionais" (Comentários à Constituição Federal Brasileira. Col. e Ord. por Homero Pires — Saraiva, 1933 — III vol., pag. 411).

Essa compreensão orgânica do sistema constitucional condiz com o reconhecimento de que há normas inexpressas e, no entanto, válidas e obrigatórias como as regras escritas. E' o que se resume no ensinamento de permanente observância: "o inexplicito, mas implícito, no texto constitucional, tão constitucional é, quanto o que explicito se acha nesse texto" (Rui Barbosa — Questão Minas-Werneck, 1917, pag. 89).

A medida da competência não refoge a essa exegese larga da Constituição. Assim o tem proclamado o Supremo Tribunal Federal, como o fez no julgamento do "habeas corpus" em favor do jornalista Samuel Wainer. Por interpretação construtiva, a alta Corte concluiu que era titular de competência implícita ou por força de compreensão, pois, do contrário, não haveria autoridade competente para apreciar o caso (Rev. Forense, vol. 151, pag. 373-389).

Em suma: pode dizer-se que a competência, quando não declarada, cabe ser fixada segundo a natureza das instituições e o papel predominante de seus órgãos.

IX

Ora, no quadro constitucional brasileiro, o Senado, como posto em relevo, é o mecanismo de representação dos Estados-membros e de manutenção do equilíbrio federativo. Nessa posição, cumpre-lhe autorizar os empréstimos externos em que sejam partes as unidades federadas.

Essa atribuição lhe foi conferida, a partir da Constituição de 1934, para que não se reproduzissem operações prejudiciais à vida financeira e ao crédito dos Estados, com repercussão danosa ao prestígio e aos interesses do País, como as que se efetuaram sob o regime de 1891. Então, "a livre estipulação de compromissos financeiros, interna ou externamente, constituía aspecto da plena capacidade financeira do Estado-membro", conforme lembrou com propriedade, o Prof. Raul Machado Bortolotto (A Autonomia do Estado-membro no Direito Constitucional Brasileiro — Belo Horizonte, 1964 — pag. 189).

Tantos males advieram ao exercício limitado e arbitrário da autonomia, no particular, que a reforma de 1926 deferiu ao Congresso Nacional o poder de decretar a intervenção nos Estados "para reorganizar as finanças do Estado insolvente" (art. 6.º, § 1.º).

X

E' irrecusável, de outro lado, que, depois de 1946, se ampliaram as formas e as oportunidades de negociação externa, extensivas aos Estados-membros. Não na ignorar que o auxílio financeiro passou a ser processo essencial à ação dos povos desenvolvidos ou economicamente fortes. E não só por meio de empréstimos as unidades federadas podem adquirir recurso estrangeiro. Adquirem-no, também, através de doações.

Se as doações não criam os mesmos encargos dos empréstimos, podem gerar consequências semelhantes no plano econômico-financeiro, regional e nacional. Pelo menos por seus fins equiparam-se aos empréstimos. Logo, se abram margem a efeitos paralelos

aos dos empréstimos, as doações devem estar submetidas à ação disciplinadora do Senado, que impedirá a criação ou o agravamento de desequilíbrios na economia nacional, por influência de fatores externos.

XI

Bem salienta a exposição do Ministério da Justiça, de 1963, dirigida ao Senado: "a ajuda externa se apresenta hoje como um instrumento declarado de política internacional dos países que a proporcionam em larga escala" e "por ser, na substância, um problema financeiro e cambial, de inevitável projeção econômica, coloca-se também por esse lado como uma questão de natural controle da União, através do Governo Federal".

XII

Note-se, porém, que a ação do Poder Executivo é restrita, dada a atribuição constitucional outorgada ao Senado. E se a este foi assegurada, privativamente, a prerrogativa de autorizar os empréstimos externos, a mesma faculdade há de ter para as operações similares ou de objetivos e efeitos equivalentes. E' princípio de direito público que, quando se verifica outorga de poder, interpreta-se este largamente.

A interferência da administração federal, nas operações discutidas, não pode exercitar-se, em consequência, com amplitude que reduza ou anule o privilégio de autorizar reservado ao Senado.

Consciente o encaminhamento dado pelas unidades interessadas, e tendo em consideração a natureza, o vulto ou as condições da operação, pode a União ser "interviente", como nos casos de doação, ou "figurar como agente de repasse dos recursos externos, através de estabelecimentos oficiais de crédito", nas hipóteses de empréstimo, segundo já se verifica, ao que informa a exposição do Ministério da Justiça.

Entretanto, com ou sem presença do Poder Executivo federal na operação, o ato de autorização é da competência exclusiva do Senado. Essencial como exige o Regimento do Senado, é, a par de outros elementos, a existência de "parecer do órgão incumbido da execução da política financeira do Governo Federal".

XIII

Por isso, também, não nos parece adequada a elaboração de lei que regule a forma pela qual o Senado concede a autorização. Conferindo ao Senado competência privativa para autorizar a operação, a Constituição confiou a seu prudente arbítrio, como "Casa dos Estados", ao mesmo tempo, órgão da soberania nacional, o processo, as condições de deliberar a respeito. A superveniência de uma lei implicaria a participação de outros órgãos na delimitação da competência privativa do Senado, o que não se afigura compatível com a Constituição.

Poder-se-ia cogitar de lei definidora de norma geral de direito financeiro (Const. Fed., art. 5.º, X), b), na medida em que não afrontasse a competência privativa do Senado.

Malvez não seja oportuna contendo, a fim de manter ao rigor de regras legais, no momento, fatos e relações que estão em contato com a filosofia política, em mudança também, de todos os povos, e impondo procedimento internamente diferenciado.

XIV

Mas, ao Senado é facultado modificar os requisitos atualmente fixados em seu Regimento, ou criar novos em Resolução especial, inclusive para estabelecer forma de coordenação de seu

trabalho com o de Secretarias de Estado, ou para consagrar o resultado de estudos em comum. Exatamente como sugere a indicação, a propósito do Ministério das Relações Exteriores.

E uma Resolução, embora com força de lei, é de mais fácil adaptação às circunstâncias.

XV

Não nos parece oportuna e conveniente, também, a criação de órgão específico, no Senado, para estudar e deliberar sobre tais pedidos de autorização. Não são múltiplos nem seguidos os casos que surgem. Demais, as atuais Comissões permanentes — especialmente a de Constituição e Justiça e a de Finanças — já reduzem na sua competência por efeito das novas normas de legislar, seriam ainda mais esvaziadas com a criação de órgão específico destinado ao exame dos pedidos de autorização para empréstimos e recebimento de doações. No futuro, a sugestão poderá ser aceita.

XVI

Por fim, acentuamos que nos parece excessiva a Circular do Ministério da Justiça, a que se refere a indicação. Essa Circular, expedida no Governo anterior, foi endereçada a Governadores e Prefeitos, comunicando-lhes que "gestões no sentido de obtenção de ajuda de governos ou agências estrangeiras, sob forma de empréstimo, financiamento ou qualquer modalidade de auxílio deverão ser feitas por intermédio do Ministério das Relações Exteriores".

Sem dúvida, o princípio geral é que compete à União manter relações com os Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções" (Const. Fed., art. 5.º, I). A Constituição, entretanto, também estabelece que "é defeso aos Estados e aos Municípios contrair empréstimo externo sem prévia autorização do Senado Federal" (art. 33). A proibição condicionada envolve uma permissão. Quer dizer: com prévia autorização do Senado, os Estados e os Municípios podem contrair empréstimo externo. E' lógico inferir, pois, que a autorização do Senado, emanada de órgão integrante de um dos poderes da soberania nacional, legítima a presença dos Estados e Municípios nas negociações. Trata-se de poder vinculado e limitado, mas expressamente conferido às entidades enumeradas.

E o fenômeno, não sendo comum, nem por isso é estranhável. Observam Bowle e Friedrich que "a questão principal, nos Estados federais, é a de saber se o poder de dirigir as relações exteriores deve ser conferido exclusivamente à Federação, ou se as unidades componentes conservam algumas prerrogativas nesse domínio". E informam: "Na maior parte das Federações, esta questão foi resolvida em favor das autoridades federais, mas se permite, muitas vezes, aos governos dos Estados componentes manter certas relações com os Estados estrangeiros, ou a reserva de um controle pelas autoridades federais" (Estudos sur le Fédéralisme — Lib. Gén. de Droit et Juriss., Paris, 1959 — Première Partie, pag. 106).

Declara, a Constituição Brasileira que os empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios dependem de prévia autorização do Senado (art. 33 e art. 63, II). Logo, o ato de autorização do Senado consubstancia essa reserva de controle pelas autoridades federais, destacada na doutrina.

De outro lado, saliente-se que se a Constituição brasileira quisesse submeter a operação ao controle direto do Poder Executivo, e não do Senado, teria disposto como a da Suíça, que ordena que as relações entre os tri-

tões e os Governos estrangeiros e seus representantes se efetuam por intermédio do Conselho Federal (art. 10).

Sendo a competência expressa e privativa do Senado, como é, não pode ser limitada por órgão nem por atos administrativos. Investido o Senado do poder exclusivo de autorizar as operações, presume-se que foi arguido a condição de arbitro dos interesses dos Estados e da União. Sua decisão deve ser, e é, precedida de segura informação de órgão executivo. Não pode ser praticamente substituída por "gestões" obrigatórias do governo federal, que anulam ou sugerem prévia concordância.

Consequentemente, devem órgãos executivos, até de ofício, opinar sobre os pedidos, instruí-los, orientá-los mesmo, mas não lhes é dado substituir as unidades interessadas e o Senado, nos seus poderes específicos.

E' o que logramos fixar, de jure constituto e dentro de interpretação larga que reclama a lei fundamental.

XVII

Nestas condições, somos de parecer que a indicação, por seus fundamentos e por sua importância, deve ser aprovada, para que o Senado:

a) declare que suas atribuições, previstas nos arts. 33 e 63, II, da Constituição, abrangem, além de empréstimos, todas as formas de obten-

ção de recursos ou auxílios externos, como as doações;

b) acresça dispositivo ao Regimento Interno, prescrevendo que as normas constantes dos arts. 342 e 346 se aplicam ao recebimento de doações e de quaisquer outras formas de ajuda ou auxílio externo;

c) através de seu Presidente e dos Presidentes das Comissões de Constituição e Justiça, Relações Exteriores e Finanças, coordene com o Ministério das Relações Exteriores e o da Fazenda as normas gerais e básicas que devam orientar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nos processos de empréstimo, doações e outros equivalentes, relacionados com organismos estrangeiros, consubstanciando tais regras em Resolução interna;

d) transmita ao Prefeito do Distrito Federal, assim como aos Governadores dos Estados, para conhecimento deles e para que comuniquem aos Prefeitos municipais, o teor das inovações que foram adotadas.

Assim, salvo melhor juízo, regular-se-á convenientemente a matéria, respectado o mecanismo constitucional do regime, inclusive quanto ao princípio da autonomia estadual e ao da competência do Senado, sem prejuízo da superioridade dos interesses nacionais, em cuja defesa timbram hoje todas as federações.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE SAÚDE

1.ª REUNIAO, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1966

As dezesseis horas do dia vinte e oito de abril de mil no centos e sessenta e seis, presentes os Senhores Senadores Manoel Villaga, Adalberto Sena e Pedro Lucovico, na Sala das Comissões do Senado Federal, sob a Presidência do Sr. Senador Manoel Villaga, reúne-se a Comissão de Saúde.

Deixam de comparecer por motivo justificado, os Srs. Senadores Sigefredo Pacheco e Miguel Couto.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior e em seguida aprovada.

Havendo número legal o Sr. Presidente declara iniciados os trabalhos da Comissão e dá em seguida a palavra ao Sr. Senador Adalberto Sena que lê parecer de sua autoria, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 49, de 1964, que concede aos estudantes que tenham concluído a 4.ª série das Faculdades de Medicina e estágio em

serviço sanitario oficial o título de Sanitarista ou Puericultor e aos diplomados em Pedagogia, com estágio em serviço de Puericultura, o de Auxiliar de Puericultura.

Lido e discutido é posto em votação o aludido parecer que conclui pela rejeição do Projeto, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

Nada mais havendo que tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Alexandre Marques de Albuquerque Melo, Secretário e presente ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE FINANÇAS

7.ª REUNIAO, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 1966

As dez horas do dia vinte e oito de abril do ano de mil novecentos e sessenta e seis, na Sala das Comissões, sob a presidência do Senhor Senador Menezes Pimentel, presentes os Senhores Domício Gondim, Lobão da

Silveira, Acilpho Franco, Wilson Gonçalves, Manoel Villaga, José Leite, Bezerra Neto, Pessoa de Queiroz, Euríbio Barros, Edmundo Levi e Mello Braga, reúne-se a Comissão de Finanças.

Deixam de comparecer os Senhores Senadores Victorino Freire, Sigefredo Pacheco, Irineu Bornhausen, Lemos da Costa, Argemiro de Figueiredo, João Arahão e Oscar Passos.

E' dispensada a leitura da ata da reunião e, em seguida, aprovada.

Inicialmente, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Domício Gondim que emite parecer favorável ao Projeto de Resolução n.º 23, de 1966, que altera os valores dos símbolos dos cargos das funções especiais do pessoal da Secretaria do Senado Federal e dá outras providências.

A Comissão, por unanimidade, aprova o parecer.

A seguir, usa da palavra o Senhor Senador Bezerra Neto, que oferece parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 84, de 1966, que inclui, em Parte Especial do Quadro da Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, servidores da Companhia Organizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), abrangidos pelo art. 40 da Lei n.º 4.242, de 17 de julho de 1963 e dá outras providências.

O parecer é aprovado pela Comissão.

Finalmente, com a palavra o Senhor Senador Pessoa de Queiroz que lê parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 61, de 1966, que autoriza o Poder Executivo a abrir créditos especiais, no montante de Cr\$ 1.037.157.513 (um bilhão, vinte e sete milhões, cento e cinquenta e sete mil e quinhentos e treze cruzeiros), destinados à Presidência da República para pagamento de despesas referentes a exercícios anteriores.

Em discussão e votação, é o parecer aprovado pela Comissão.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião lavrando eu, Theodoro Rodrigues Figueiredo, Secretário da Comissão, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

8.ª REUNIAO, REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 1966

(3.ª Extraordinária)

As dezesseis horas do dia vinte e nove de abril de mil novecentos e

sessenta e seis, sob a presidência do Senhor Senador José Ernirio de conformidade com o § 3º do art. 31.

Presentes: os Senhores Senadores Gay da Fonseca, Bezerra Neto Edmundo Levy e Wilson Gonçalves, reúne-se a comissão dos Projetos de Executivo.

Deixam de comparecer com causa justificada os Senhores Senadores, Jefferson de Aguiar, Presidente, Antônio Carlos, Vice-Presidente, Eurico Rezende, José Guilomard e Lino de Mattos.

E' dispensada a leitura da ata da reunião anterior e em seguida aprovada.

Inicialmente, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Gay da Fonseca que emite os seguintes pareceres:

— favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 83 de 1966, que autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Cr\$ 6.472.592.500 para regularizar despesa com o programa de emergência no setor agropecuario, conforme plano de aplicação do Ministério da Agricultura.

— pela aprovação ao Projeto de Lei da Câmara n.º 64 de 1966, que dispõe sobre o reengajamento de Sargentos do Exército até adquirirem a estabilidade.

Em discussão e votação, são os pareceres aprovados sem restrições.

Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Senador Bezerra Neto, que relata pela aprovação o Projeto de Lei da Câmara n.º 63, de 1966, que revoga dispositivo da Lei n.º 4.213, de 14 de fevereiro de 1963, que dispõe sobre o Departamento Nacional de Portos e Vias Navegáveis.

Em discussão e votação é o parecer aprovado.

Prosseguindo, o Senhor Presidente dá parecer favorável ao Projeto de Lei da Câmara n.º 82, de 1966, que estabelece normas para a instituição e a execução de Campanha de Saúde Pública exercida ou promovida pelo Ministério da Saúde e dá outras providências.

Em discussão e votação é o parecer aprovado.

Tendo encerrada a matéria constante da pauta o Senhor Presidente dá para a distribuição do Projeto de Lei da Câmara n.º 82, de 1966, que modifica dispositivos da Lei n.º 2.180, de 5 de fevereiro de 1954, alterada pela Lei n.º 3.543, de 11 de fevereiro de 1959, que dispõe sobre o Tribunal Marítimo, e dá outras providências.

Nada mais havendo que tratar encerra-se a reunião, lavrando eu, José Soares de Oliveira Filho, Secretário, a presente ata que uma vez aprovada será assinada pelo Senhor Presidente.

MESA

Presidente — Moura Andrade
 Vice-Presidente — Nogueira da Gama
 1º Secretário — Dinarte Mariz
 2º Secretário — Gilberto Marinho
 3º Secretário — Barros Carvalho
 4º Secretário — Cattete Pinheiro
 1º Suplente — Joaquim Parente
 2º Suplente — Guido Mondim
 3º Suplente — Sebastião Archer
 4º Suplente — Raul Chuberti

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio

Vice-Presidente: Eugênio Barros

ARENA

TITULARES

Eugênio Barros
 José Feliciano
 Lopes da Costa
 Antônio Carlos
 Júlio Leite

SUPLENTE

Vivaldo Lima
 Atilio Fontana
 Dix-Huit Rosado
 Adolpho Franco
 Zacarias de Assumpção

MDB

Argemiro de Figueiredo
 José Ermírio

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico

Secretário: J. Ney Passos Dantas

Reuniões: Quartas-feiras às 16:00 horas.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Milton Campos

Vice-Presidente: Senador Wilson Gonçalves

ARENA

TITULARES

Wilson Gonçalves
 Jefferson de Aguiar
 Afonso Arinos
 Heribaldo Vieira
 Eurico Rezende
 Milton Campos
 Gay da Fonseca

SUPLENTE

Filinto Müller
 José Feliciano
 Daniel Krieger
 Mafalda Pimentel
 Benedicto Valadares
 Melo Braga
 Vasconcelos Torres

MDB

Antônio Balbino
 Arthur Virgílio
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
 Adalberto Sena
 Edmundo Levi
 Aurélio Vianna

Secretaria: Maria Helena Bueno Brandão, Oficial Legislativo, PL-8.

Reuniões: 4ªs.-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Silvestre Péricles

Vice-Presidente: Lopes da Costa

ARENA

TITULARES

Eurico Rezende
 Heribaldo Vieira
 Lopes da Costa
 Melo Braga
 José Guilomard

SUPLENTE

José Feliciano
 Filinto Müller
 Zacarias de Assumpção
 Benedicto Valadares
 Vasconcelos Torres

MDB

Aurélio Vianna
 Silvestre Péricles

Oscar Passos
 Adalberto Sena

Secretário: Alexandre Mello

Reuniões: Terças-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Atilio Fontana

Vice-Presidente: Arthur Virgílio

ARENA

TITULARES

Atilio Fontana
 Júlio Leite
 José Feliciano
 Adolpho Franco
 Melo Braga
 Domicio Gondim

SUPLENTE

Jefferson de Aguiar
 José Leite
 Sigefredo Pacheco
 Zacarias de Assumpção
 Dix-Huit Rosado
 Gay da Fonseca

MDB

Nelson Maculan
 Pedro Ludovico
 Arthur Virgílio

João Abrahão
 Josaphat Marinho
 José Ermírio

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quartas-feiras às 15,30 horas

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Senador Padre Calazans

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Padre Calazans
 Gay da Fonseca
 Arnon de Melo
 José Leite

SUPLENTE

Benedicto Valadares
 Afonso Arinos
 Melo Braga
 Sigefredo Pacheco
 Antônio Carlos

MDB

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Arthur Virgílio
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15,30 horas

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Argemiro de Figueiredo

Vice-Presidente: Senador Irineu Bornhausen

ARENA

TITULARES

Victorino Freire
 Lobão da Silveira
 Sigefredo Pacheco
 Wilson Gonçalves
 Irineu Bornhausen
 Adolpho Franco
 José Leite
 Domicio Gondim
 Manoel Villaga
 Lopes da Costa

SUPLENTE

Atilio Fontana
 José Guilomard
 Eugênio Barros
 Menezes Pimentel
 Antônio Carlos
 Daniel Krieger
 Júlio Leite
 Gay da Fonseca
 Melo Braga
 Filinto Müller

MDB

Argemiro de Figueiredo
 Bezerra Neto
 João Abrahão
 Oscar Passos
 Pessoa de Queiroz

Edmundo Levi
 Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Silvestre Péricles

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.

Reuniões: Quartas-feiras às 10 horas.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador José Feliciano

Vice-Presidente: Senador Nelson Maculan

ARENA**TITULARES**

José Feliciano
Attilio Fontana
Adolpho Franco
Domicio Gondini
Irineu Bornhausen

SUPLENTE

Lobão da Silveira
Vivaldo Lima
Lopes da Costa
Eurico Rezende
Eugênio Barros

M D B

José Ermírio
Nelson Maculan

Aarão Steinbruch
Pessoa de Queiroz

Secretaria: Maria Helena Buenc Brandão — Of. Leg. PL-6

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vivaldo Lima

Vice-Presidente: Senador José Cândido

ARENA**TITULARES**

Vivaldo Lima
José Cândido
Eurico Rezende
Zacharias de Assunção
Attilio Fontana
Heribaldo Vieira

SUPLENTE

José Guilomard
José Leite
Lopes da Costa
Eugênio Barros
Lobão da Silveira
Manoel Villaza

M D B

Aarão Steinbruch
Edmundo Levi
Ruy Carneiro

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Bezerra Neto

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Terças-feiras às quinze horas.

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Josaphat Marinho

Vice-Presidentes: Domicio Gondim

ARENA**TITULARES**

Domicio Gondim
Jefferson de Aguiar
Benedicto Valladares
José Leite
Lopes da Costa

SUPLENTE

Afonso Arinos
José Feliciano
José Cândido
Mello Braga
Filinto Müller

M D B

Josaphat Marinho
José Ermírio

Argemiro de Figueiredo
Nelson Maculan

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quartas-feiras, às quinze horas.

COMISSÃO DO POLÍCENO DAS SECAS

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Ruy Carneiro

Vice-Presidente: Senador Manoel Villaza.

ARENA**TITULARES**

Manoel Villaza
Sigefredo Pacheco
Heribaldo Vieira
Júlio Leite
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Menezes Pimentel
José Leite
Lopes da Costa
Antônio Carlos
Domicio Gondim

M D B

Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Argemiro de Figueiredo
Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio I. C. Leal Neto.

Reuniões: Quintas-feiras, às dezessete horas.

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

(9 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Jefferson de Aguiar

Vice-Presidente: Senador Antônio Carlos

ARENA**TITULARES**

Jefferson de Aguiar
Wilson Gonçalves
Antônio Carlos
Gay da Fonseca
Eurico Rezende
José Guilomard

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Daniel Kriegel
Adolpho Franco
Irineu Bornhausen
Rui Palmeira

M D B

Bezerra Neto
José Ermírio
Lino de Mattos

Antônio Balbino
Aurélio Vianna
Ruy Carneiro

Secretário: José Soares de Oliveira Filho

Reuniões: Quartas-feiras, às 15 horas.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Lino de Mattos

Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA**TITULARES**

Antônio Carlos
Eurico Rezende
Vasconcelos Torres

SUPLENTE

Filinto Müller
José Feliciano
Dix-Huit Rosado

M D B

Bezerra Neto
Lino de Mattos

Edmundo Levi
Silvestre Feres

Secretária: Sarah Abrahão

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES

(11 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Benedito Valladares

Vice-Presidente: Senador Pessoa de Queiroz

ARENA**TITULARES**

Benedicto Valladares
Filinto Müller
Rui Palmeira
Vivaldo Lima
Antônio Carlos
Jose Cândido
Padre Calazans

SUPLENTE

José Guimard
Victorino Freire
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Irineu Bornhausen
Arnon de Mello
Heribaldo Vieira

M D B

Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Oscar Passos
Pessoa de Queiroz

Argemiro de Figueiredo
João Abrahão
Nelson Maculan
Ruy Carneiro

Secretário: J. B. Casteyon Branco.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SAÚDE

(5 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco

Vice-Presidente: Manoel Villaga

ARENA**TITULARES**

Sigefredo Pacheco
Miguel Couto
Manoel Villaga

SUPLENTE

Júlio Leite
Lopes da Costa
Eugênio de Barros

M D B

Adalberto Sena
Pedro Ludovico

Oscar Passos
Silvestre Péricles

Secretário: Alexandre Mello.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Zacarias de Assunção

Vice-Presidente: Senador Oscar Passos

ARENA**TITULARES**

José Guimard
Victorino Freire
Zacarias de Assunção
Irineu Bornhausen
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

Atílio Fontana
Dix-Huit Rosado
Adolpho Franco
Eurico Rezende
Manoel Villaga

M D B

Oscar Passos
Silvestre Péricles

Josaphat Marinho
Ruy Carneiro

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador Vasconcelos Torres

Vice-Presidente: Senador Victorino Freire

ARENA**TITULARES**

Vasconcelos Torres
Victorino Freire
Mello Braga
Arnon de Mello
Sigefredo Pacheco

SUPLENTE

José Feliciano
Filinto Müller
Antônio Carlos
Miguel Couto
Manoel Villaga

M D B

Adalberto Sena
Nelson Maculan

Aurélio Vianna
Lino de Matos

Secretário: J. Ney Passos Dantas.

Reuniões: Terças-feiras, às 15 horas.

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES
E OBRAS PÚBLICAS**

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Dix-Huit Rosado

Vice-Presidente: João Abrahão

ARENA**TITULARES**

José Leite
Arnon de Mello
Dix-Huit Rosado

SUPLENTE

Eugênio Barros
Jefferson de Aguiar
José Guimard

M D B

João Abrahão
Ruy Carneiro

Arthur Virgílio
Pedro Ludovico

Secretária: Carmelita de Souza.

Reuniões: Quintas-feiras, às 16 horas.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(6 MEMBROS)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Edmundo Levi

Vice-Presidente: José Guimard

ARENA**TITULARES**

José Guimard
Vivaldo Lima
Lopes da Costa

SUPLENTE

Filinto Müller
Zacarias de Assunção
Lobão da Silveira

M D B

Edmundo Levi
Oscar Passos

Adalberto Sena
Arthur Virgílio

Secretária: Neuza Joanna Oriando Veríssimo.

Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.